

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Victor Cencini Rodrigues

Facebook e Censura

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Victor Cencini Rodrigues

Facebook e Censura

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob a orientação da Profa. Dra. Rosemary Segurado.

São Paulo
2018

Banca Examinadora

Essa dissertação de Mestrado foi realizada como o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família pelo apoio dado durante o mestrado, minha mãe Mariângela, meu pai João Alberto e minha irmã Carolina.

À minha orientadora a professora, doutora Rosemary Segurado que me acompanha desde a graduação.

Ao professor doutor Rafael Araújo pelas sugestões na qualificação e que também me acompanha desde a graduação.

Ao professor doutor Sergio Amadeu da Silveira pelas críticas construtivas e sugestões na qualificação.

Ao grande professor Edmilson, suas aulas jamais serão esquecidas.

Aos amigos e às amigas.

Em especial aos amigos Ricardo e Patrícia, que estão comigo desde a graduação nos momentos bons e difíceis.

As pessoas que tive o prazer de conhecer nas aulas de pós-graduação na PUC/SP.

Aos companheiros de treino de Jiu-Jitsu da Arena Scholl Fight.

À minha psicóloga Sandra.

À minha fonoaudióloga Daniele.

Ao Rafael e à Katia, funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, sempre atentos e dispostos a tirarem as dúvidas.

À Lucinha, bibliotecária da universidade, pela atenção e generosidade.

À PUC/SP, essa Universidade única e maravilhosa.

À CAPES pela bolsa.

RESUMO

A pesquisa se debruçou sobre a questão da censura no Facebook e sobre a verificação da existência dessa censura e sua natureza, além de como essa censura é feita e justificada aos usuários. Houve um questionamento de como a rede social americana trata o conteúdo publicado pelos seus usuários. As consultas sobre os casos de censura foram realizadas no site da EFF (Electronic Frontier Foundation), organização americana que milita pelos direitos civis como a liberdade de expressão na internet. A pesquisa percorreu questões importantes para a internet como a privacidade, vigilância em massa feita pelos governos e pelo setor privado. Os casos de censura encontrados variam desde ativistas dos movimentos negros censurados pela denúncia de mensagens racistas que recebem e jornalistas que foram censurados por motivos que vão desde a divulgação de documentos sobre escândalos políticos ou crimes de guerra. A pesquisa concordou com a utilização dos termos em sua versão do ano de 2015 tendo em vista que os termos atuais foram divulgados na fase de finalização desta pesquisa, portanto não seria possível analisá-los. Todo usuário ao entrar em uma rede social na internet teve concordar com os termos e a política de privacidade, os termos colocam em quais condições uma publicação pode ser retirada.

Palavras-Chave: Facebook, censura, EFF

ABSTRACT

The research focused on the issue of censorship on Facebook, verify the existence of this censorship and its nature, how this censorship is made and justified to users, how the American social network treats the content published by its users, censorship cases were searched on the EFF website (Electronic Frontier Foundation, an American civil rights organization such as freedom of expression on the internet, the survey touched on important Internet issues such as privacy, mass surveillance by governments and the private sector. censorship found range from activists of black movements censored by the denunciation of racist messages they receive, journalists who have been censored for reasons ranging from the disclosure of documents on political scandals or war crimes, research using the terms in their version of the year of 2015, every user entering a social network on the internet had to agree with the terms and privacy policy, the terms under which conditions a publication may be withdrawn.

Keywords: Facebook, censorship, EFF

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1- Facebook, uma história.....	15
1.1 Internet, uma breve história.....	15
1.2 Rede social, um conceito.....	17
1.3 Facebook, uma história.....	20
1.4 Como o Facebook funciona.....	24
1.5 Redes Sociais, benefícios e prejuízos.....	25
1.6 Porque publicamos nas redes sociais.....	29
Capítulo 2- Internet, Privacidade e Censura.....	32
2.1 Internet e Censura.....	32
2.2 Privacidade e vigilância em massa.....	37
2.3 Privacidade, Estado e Brasil.....	40
2.4 Sociedade de controle e vigilância em massa.....	41
2.5 Sociedade de controle, mercado de dados e a morte da privacidade.....	43
2.6 A vigilância da internet e o setor privado.....	47
2.7 Marco civil da internet e a lei geral de dados.....	50
2.7.1 A elaboração.....	51
2.7.2 Marco civil da internet e a neutralidade da internet.....	54
2.7.3 O Marco civil da internet e a privacidade.....	55
2.7.4 O Marco civil da Internet e a retirada de conteúdo.....	57
2.8 A lei geral de dados.....	59
Capítulo 3- Facebook e censura.....	61
3.1 Eletronic Frontier Foundiation.....	61
3.2 EFF e censura.....	62
3.3 Casos de censura do Facebook e a EFF.....	63
3.4 Casos de censura do Facebook nos Estados Unidos.....	66
3.5 Casos de censura do Facebook de usuários de outros países.....	71

3.6 The Guardian e o manual do Facebook.....	82
3.7 Termos do Facebook.....	84
Considerações Finais.....	86
Referências Bibliográficas.....	92

Introdução

A pesquisa versa sobre a problemática da censura na rede social americana Facebook e pretende verificar a censura ocorrida nessa rede social, como a retirada de conteúdos que supostamente são removidos devido ao suposto não cumprimento dos termos que todo usuário assinala e concorda antes de abrir uma conta na rede social americana. Quando verificados casos de censura procuramos entender a natureza desses casos.

O Facebook começou com uma rede social na internet na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Mark Zuckerberg se uniu com alguns de seus amigos para a criação da rede social em uma das universidades mais prestigiadas dos Estados Unidos. No início só tinham acesso os estudantes que tinham o e-mail institucional de Harvard. Zuckerberg, em algumas entrevistas ao analisar a criação da rede social, afirma que havia uma demanda por um site no qual os estudantes pudessem ter informações e interagir com seus colegas.

Quando Mark Zuckerberg registrou sua nova criação gastando apenas 35 dólares, ao longo do tempo a rede social começou a aceitar estudantes de outras universidades, do ensino médio e posteriormente do público em geral. Em pouco tempo o Facebook foi conquistando novos usuários e superando seus concorrentes. Em dezembro de 2005, menos de dois anos de sua criação, já possuía 5,5 milhões de usuários e em 2012 os brasileiros atingiram a liderança no acesso à rede social americana considerando os países latino americanos.

Ao longo dos anos novas configurações foram feitas para acrescentar novas possibilidades de interações para os usuários, como a possibilidade de publicar um status, compartilhar fotos ou vídeos, o botão curtir, a possibilidade dos usuários criarem eventos e convidarem seus amigos, aplicativos, ou o mural em que o usuário pode acompanhar as publicações de seus amigos.

A rede social americana ao longo de sua história não conseguiu escapar de algumas polêmicas e abalos de sua imagem perante os usuários, como em 2013, quando o ex- agente da NSA, Edward Snowden revelou milhares de documentos da inteligência americana. Em uma parte desses documentos mostra como os serviços de inteligência americanos têm acesso aos dados dos usuários do Facebook.

Outra polêmica que envolveu o Facebook foi durante as eleições presidenciais americanas de 2016, vencidas pelo candidato Donald Trump. As redes sociais como o Facebook foram acusadas de influenciarem o resultado final das eleições americanas ao não controlarem de maneira eficiente as fake News, que favoreceram o candidato republicano. Em resposta, o Facebook e Mark Zuckerberg têm feito parcerias para tentar controlar a proliferação das fake news.

Ainda no cenário das eleições americanas as críticas ao Facebook aumentaram quando um ex-funcionário da empresa Cambridge Analytica denunciou que a empresa utilizou dados de 87 milhões de usuários na criação de perfis para o direcionamento de propaganda política. Os dados foram adquiridos através de um aplicativo de entretenimento. As revelações sobre o vazamento dos dados irritaram os usuários fazendo uma parte aderir a campanhas para o desligamento de suas contas. Mark Zuckerberg depôs no senado americano sobre o vazamento dos dados.

O crescimento do Facebook foi um dos maiores da história da internet. Em 2006, dois anos depois de sua criação, já contava com 12 milhões de usuários. Outras possibilidades como a criação de páginas em que se podem publicar conteúdos dos mais diversos temas. Um dos questionamentos que veio com o crescimento meteórico foi o tipo de plataforma que a rede social de Mark Zuckerberg pode ser caracterizada. Para muitos o Facebook se tornou a maior plataforma de mídia tendo adquirido um enorme poder.

Um dos questionamentos que começaram a surgir foi com a moderação dos conteúdos publicados pelos usuários do Facebook que assinalaram concordar com os termos. Esse documento coloca que está proibido de ser publicadas ao longo dos anos diferentes versões foram criadas e modificadas. Um dos itens dos termos proíbe discursos de ódio e conteúdos com nudez, mesmo assim a rede social americana não consegue escapar de polêmicas e questionamentos.

No depoimento que fez ao Senado americano logo após o escândalo da Cambridge Analytica, Mark Zuckerberg foi questionado pelo senador republicano Ted Cruz. O senador fez um questionamento sobre qual definição de discurso de ódio usada na moderação dos conteúdos publicados e também fez uma crítica ao CEO do Facebook por ele censurar páginas de direita com a justificativa de combater o

discurso de ódio. Em resposta o CEO argumentou que não faz esse tipo de discriminação.

Uma das acusações de censura que causou uma das maiores repercussões e debates devido ao Facebook ter retirado um conteúdo por uma publicação que supostamente desrespeitou os termos foi quando o Ministério da Cultura do Governo Brasileiro em 2015, para comemorar o Dia Nacional do Índio, publicou uma foto de um casal indígena de 1909 do fotógrafo Walter Grabe, a foto teria sido retirada devido aos seios da índia estarem expostos.

Após a retirada da foto, o Ministro da Cultura, Jucá Ferreira mostrou consternação com o caso que ele considerou como uma censura, desrespeito à liberdade de expressão, à cultura brasileira e aos índios brasileiros. O então ministro ainda argumentou que o Facebook não pode impor um padrão comum que desrespeite as leis e a cultura brasileira. Após a rede social confirmar a sua decisão de retirar a foto, o ministério colocou que iria à justiça e às instituições internacionais como a OEA (Organização dos Estados Americanos). O episódio terminou com a rede social permitindo a publicação da foto.

Episódios como o da retirada da foto de Walter Grabe publicada pelo Ministério da Cultura do Governo Brasileiro se colocam com outros que geraram fortes críticas ao Facebook e à Mark Zuckerberg. A natureza dos casos varia desde publicações políticas de diferentes grupos ideológicos, como no caso de feministas que têm suas fotos em protestos censuradas por estarem com seios à mostra, como fotógrafos que divulgam seus trabalhos, ou jornalistas que têm seu trabalho retirado devido à algum conteúdo da reportagem que vai de encontro aos termos.

Toda rede social como o Facebook só permite que o usuário crie uma conta após assinalar que concorda com a política de privacidade e com os termos. Esse último documento coloca o que cada usuário pode publicar no Facebook. Conteúdos com discurso de ódio, nudez e pornografia e com violência explícita não são permitidos. Os usuários podem denunciar conteúdos que eles considerarem impróprios, mas segundo a rede social, a maioria dos conteúdos é retirada através de programas e algoritmos que identificam esses conteúdos. O problema estaria que essas ferramentas não interpretam o contexto da publicação.

Essa pesquisa se debruça sobre a relação dos conteúdos publicados pelos usuários e o Facebook e tenta identificar a presença de censura na rede social de Mark Zuckerberg. Tentamos entender qual é a natureza da censura no Facebook, como ela é feita e como a rede social responde quando é questionada sobre seus procedimentos ao ser acusada de censura.

A pesquisa buscou traçar um panorama da história do Facebook desde sua criação na Universidade de Harvard até se tornar uma das maiores redes sociais da internet com dois bilhões de usuários atingidos em 2017. Também questões relacionadas à internet para a compreensão do problema que norteia a pesquisa, como relacionadas à neutralidade da internet, regulamentação e privacidade foram abordadas.

O método utilizado nessa pesquisa foi o de buscar casos de censura no site da organização EFF através de palavras chaves como “censor” ou “censorship” acompanhadas com “Facebook”. O caso de censura mais antigo encontrado nessas buscas data de 2009 e o mais recente é de 2017, quando a organização fez um levantamento de jornalistas que foram censurados nas redes sociais como o Facebook no mesmo ano. A natureza dos casos varia desde uma campanha contra o câncer de mama, passando por ativistas curdas censuradas à jornalistas censurados por supostamente publicarem informações de terceiros nas redes sociais.

O primeiro capítulo trata do conceito das redes sociais e suas características, revisa a história da rede social de Mark Zuckerberg desde a sua criação em uma das universidades americanas mais prestigiadas até a sua popularização, se tornando uma das maiores redes sociais. Também levanta as principais características do Facebook que permite a interação entre dois ou mais usuários.

O segundo capítulo “ Internet, censura e privacidade” trata de questões sobre a internet e as questões que a abrange como a distopia que a internet se tornou, como a construção de grandes aparatos de vigilância em massa. Nesse capítulo abordamos a questão da censura na internet e traçamos uma definição para ser usada na pesquisa. Também abordamos sobre o marco civil da internet que trata sobre questões importantes para a pesquisa como privacidade e a retirada de conteúdos.

O terceiro capítulo “Censura e Facebook” trata dos casos de censura levantados da EFF analisando os aspectos de cada caso para entender o que levou à censura de um usuário ou determinado grupo, qual artigo dos termos foi o responsável pela retirada do conteúdo, levantou o repercussão que o caso teve no próprio Facebook ou em outras redes sociais, e levantamos qual foi a resposta da rede social depois da repercussão, bem como o desfecho. Percebemos que em alguns casos o conteúdo retirado foi publicado novamente após críticas dos usuários.

1. Facebook, uma história

1.1 Internet, uma breve história

Atualmente o número de usuários da internet pode ser medido na casa dos bilhões. Sua história começou no Departamento de Defesa do Governo Americano, que via a necessidade de financiar junto com as universidades e o governo americano projetos ligados à Ciência da Computação. Devemos lembrar que o contexto da criação da internet era a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a URSS, que em 1957 lançou no espaço a Sputnik.

O departamento de defesa dos Estados Unidos criou em 1958 a ARPA (Advanced Research Projects Agency) com o intuito de mobilizar forças principalmente entre o governo americano e as universidades. A ARPA era um programa ligado ao IPTO (Information Processing Techniques Office) que teve como primeiro diretor o cientista da computação Joseph Licklider. Para o sociólogo espanhol Manuel Castells a internet é uma mídia que permitiu pela primeira vez a comunicação de muitos com muitos e sua invenção transformou a sociedade assim como a máquina impressora de Gutenberg. Para o sociólogo:

A internet é uma rede de comunicação global, mas seu uso e sua realidade em evolução são produto da ação humana sob as condições específicas da história diferencial (CASTELLS, 2001, p.12).

Quando um governo americano financiou o projeto da internet tinha como desejo suprir a necessidade da criação de um canal de comunicação para troca de informações de centros de pesquisa militares e universitários, pois o governo americano tinha o desejo de superar tecnologicamente a União Soviética no contexto da Guerra Fria.

A internet pode ser considerada uma rede de computadores que se comunicam através de protocolos que se comunicam através de pacotes. Uma rede pode ser caracterizada como um conjunto de nós interconectados. A arpanet era um nó da internet que precisava se conectar com os outros. Para suprir essa necessidade foi criado por dois pesquisadores o TCP (protocolo de controle de

transmissão, em português) que foi dividido em duas partes adicionando o IP (Protocolo Intra-rede) gerando o protocolo TCP/IP que é utilizado ainda nos dias atuais.

Ao longo do tempo o governo foi se retirando da internet deixando que as universidades e a iniciativa privada desenvolvessem o projeto. Castells também nos lembra de que a internet foi um dos únicos projetos tecnológicos que reuniu um forte financiamento do governo, as universidades americanas, a contracultura, o movimento como o do software livre e o hacker como a iniciativa privada.

A partir do momento que a internet passou para as mãos da sociedade civil, as universidades e o movimento hacker foram de suma importância para o desenvolvimento da internet. Os hackers tiveram sua importância na construção da internet, pois sua ideologia e ambiente são de entusiasmo pela inovação tecnológica e são um ambiente totalmente aberto. Para os hackers o que mais importa é a liberdade de criação. O mais importante é fazer uma contribuição tecnológica para a sua comunidade. Um hacker em sua ação nunca vai prejudicar outro usuário.

O movimento do software livre pode ser a defesa pela utilização de softwares de código de fonte aberto em que qualquer usuário pode atualizar o software desde publique o mesmo. Um dos principais softwares livre é GNU/Linux utilizado por diversos governos do mundo pela sua segurança e confiabilidade. Esse software foi criado pelo estudante Linus Torvalds, da Universidade de Helsink.

O sociólogo Manuel Castells em seu livro “A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade” aborda a importância do que ele chama da comunidade da internet. Muitas das pessoas que contribuíram com a internet e sua evolução não fizeram em busca do lucro, e sim pela sua comunidade e em prol do desenvolvimento tecnológico. Quando um desenvolvedor divulga uma atualização do Linux ele espera que outros usuários utilizem essa atualização e caso encontrem erros ou brechas corrijam os mesmos e divulguem a atualização.

O pesquisador Tim Berns Lee foi de suma importância para a internet quando nos anos 90 criou a World Wide Web. Lee era pesquisador no CERN, laboratório europeu para a física de partículas que tinha a sua sede em Genebra, Suíça. A ideia do pesquisador britânico proporcionou realizar o desejo de outros pesquisadores na criação de um hipertexto que conectasse todas as redes de computadores, através

de protocolos como o HTTP, MTL e URL para que conectassem um computador a internet. Em agosto de 1991, quando o CERN lançou a web na internet hackers, e pesquisadores desenvolveram seus navegadores através da invenção de Tim Berns Lee, a web possibilitou unir a comunidade da internet.

O filósofo e pesquisador francês Pierre Levy pode ser considerado um dos mais entusiastas defensores da internet. Para ele, a cultura do ciberespaço apagou a diferença que existia no status entre produtores e consumidores, editores e leitores. Qualquer usuário pode exercer o papel que desejar. Outro aspecto do ciberespaço seria a redução dos espaços geográficos e o fim do que seria a diferença entre o público e o privado.

Alguns movimentos da internet comprovam o ponto de vista do filósofo francês. O Chaos Computer Club é um encontro de hackers e defensores da internet que acontece em Berlim, Alemanha. Nesse encontro se debate diversos aspectos da internet como a defesa de seu aspecto livre e descentralizado. Outras organizações como a Freedom House e a Eletronic Foundation lutam e denunciam leis que possam prejudicar o caráter livre da internet, como regulamentações mal feitas e governos que implantam vigilância em massa na internet.

1.2 Rede social, um conceito

O Facebook atualmente é uma das maiores redes sociais na internet, tendo mais de dois bilhões de usuários ativos ao redor do mundo. Um projeto em que Mark Zuckerberg começou junto com seus amigos da Universidade de Harvard com o intuito de atender uma demanda dos estudantes de uma das instituições de ensino mais prestigiadas dos Estados Unidos.

O conceito de rede social pode ser entendido como um conjunto de atores e suas relações. O indivíduo ao longo de seu cotidiano pode pertencer a diversas redes sociais como uma associação de bairro ou de aposentados que com seus membros organizam eventos. Nessas redes sociais uma das principais características é a busca por um vínculo social e por capital social.

Com a criação da internet muitas redes sociais foram criadas e tiveram algum sucesso como o Orkut e o Myspace. Para a pesquisadora Raquel Recuero uma rede

social na internet pode ser definida como um espaço no ciberespaço em que acontece uma interação entre dois indivíduos ou mais mediada por diferentes laços sociais, ainda para a pesquisadora uma rede social na internet é sempre uma busca por capital social (RECUERO, 2009). Em seu livro “Redes sociais na internet”, a autora cita as sociólogas americanas Boyd e Ellison que colocaram a possibilidade de interagir com outros usuários e diferentes grupos como uma das principais características das redes sociais na internet.

O conceito de rede social é anterior à internet. Os indivíduos criam suas redes sociais ao longo de seu cotidiano e na internet não foi diferente. Podemos utilizar o termo redes sociais na internet ou redes digitais para definir sites como Facebook, Twitter ou Youtube. Muitas interações sociais foram possibilitadas a partir da criação na internet.

As redes digitais são uma das maiores expressões da comunicação entre dois indivíduos ou mais e podem acontecer através dos computadores ou celulares com conexão à internet. Um dos primeiros fenômenos das redes digitais que pode ser observado em grande escala foi a atuação de usuários a favor do candidato a presidência dos Estados Unidos, Barack Obama. Para a pesquisadora Raquel Recuero:

Essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou-se a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador. Essas redes foram assim as protagonistas de fenômenos como a difusão da campanha de Barack Obama e as mobilizadoras no caso de Santa Catarina. Essas redes conectam não apenas computadores, mas pessoas (RECUERO, 2009, p16).

As redes digitais são formadas pelos que se conectam por diferentes laços sociais. Esses atores podem ser indivíduos, grupos ou instituições que interagem pela atenção, para serem vistos e por um capital social. Quando um jovem publica em seu blog ou na página das redes digitais aspectos de seu cotidiano ele quer ser visto por um número mais alto possível. O jovem coloca como ele quer ser visto por outros usuários.

Um usuário pode colocar em sua página desde uma descrição pessoal, assim como fotos e vídeos e pode acompanhar o que seus amigos postam ou relatam do

seu cotidiano. Além de seguir páginas de interesse com diferentes temas que vão desde uma celebridade, um movimento social, ou seu time de futebol, grupos de interesse podem ser formados para troca de informações.

Diversos políticos brasileiros perceberam a importância das redes digitais. Atualmente, praticamente todos os políticos brasileiros têm conta nas redes digitais. Políticos de longa data como ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luis Inácio Lula da Silva (PT), deputados de diferentes matrizes ideológicas como o deputado de extrema direita Jair Bolsonaro (PSL) ao deputado socialista Ivan Valente (PSOL). As redes digitais já tiveram efeitos em eleições brasileiras como as de 2014.

O deputado de extrema direita Jair Bolsonaro é um dos políticos que tem mais engajamento nas redes digitais como o Facebook. Bolsonaro tem uma página¹ oficial com cerca de cinco milhões de seguidores, sem contar outras páginas que foram criadas por seguidores, como a Bolsonaro Presidente 2018, que tem cerca de 800 mil seguidores. No entanto, adversários e seguidores alegam que o deputado utiliza robôs para aumentar artificialmente o número de seguidores.

Na página oficial do deputado se divulga material que vai desde vídeos sobre os pontos de vista do político sobre assuntos como violência, economia, costumes, sobre ele ser deputado e pré-candidato a presidente nas eleições de 2018². Bolsonaro tem usado principalmente sua página para falar de suas propostas e propaganda política, como a divulgação de comícios em várias cidades brasileiras.

O deputado socialista Ivan Valente, do PSOL, também possui conta nas redes digitais como o Facebook. Em sua página³ ele possui cerca de 410 mil seguidores e também utiliza as suas páginas nas redes digitais para entrar em contato com seus eleitores e com sua base política mostrando sua atuação no Congresso Brasileiro e seu ponto de vista sobre a política no Brasil, como sua oposição ao governo do Presidente Michel Temer.

As eleições presidenciais brasileiras de 2014 vencidas pela candidata Dilma Rousseff (PT) foram marcadas por uma forte polarização entre os candidatos e os eleitores. Essa polarização chegou às redes digitais como o Facebook, às páginas

¹ https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/?ref=br_rs acesso em 04 de julho de 2018

² <https://www.facebook.com/movimentobrasiladireita/> acesso em 04 de julho de 2018

³ <https://www.facebook.com/IvanValentePSOL/> acesso em 04 de julho de 2018

oficiais dos candidatos ao cargo do executivo como Dilma Rousseff e Aécio Neves (PSDB), que protagonizaram o segundo turno. foram utilizadas para a propaganda eleitoral e partidária, outras páginas foram criadas pelos partidos para apoiarem os candidatos no pleito.

Uma dessas páginas no Facebook foi a Dilma Bolada⁴. A página possui um tom de humor político quando fala do cotidiano da presidência de Dilma. A página foi criada pelo publicitário Jeferson Monteiro, um admirador da presidente que através do humor apoiava a presidente. O Partido dos Trabalhadores percebeu as vantagens da página com o alto número de seguidores e começou a apoiar a página. Durante as eleições de 2014 a página de Jeferson Monteiro foi uma das que fizeram campanha para a candidata Dilma.

Em 2016 a polarização nas redes digitais voltou com o processo de impeachment da então presidente Dilma. Os usuários e movimentos políticos que eram contra ou a favor ao impedimento da presidente utilizaram redes digitais como Youtube e Facebook na divulgação de atos políticos. Um desses movimentos era o MBL (Movimento Brasil Livre) que era a favor do impedimento e utilizou as redes para defender o afastamento da presidente através de vídeos ou textos em blogs divulgados no Facebook, ambos os lados da disputada utilizaram as redes sociais para marcarem manifestações.

Alguns pesquisadores, como Esther Solano, colocam que após o impeachment da Presidente Dilma as redes digitais se polarizaram fortemente e que esse cenário deve se repetir nas eleições presidenciais de 2018. Em um debate sobre fake news no IV Salão do Livro⁵ Político, na PUC-SP, ela argumentou que as páginas como a de Bolsonaro, que propagam ódio, utilizam a linguagem dos memes para atingir o público jovem.

1.3 Facebook, uma história

⁴ <https://www.facebook.com/DilmaBolada/> 04 de julho de 2018

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=QkxFZCnUU0c> 04 de julho de 2018

No ano de 2004 o estudante de ciências da computação e psicologia Mark Zuckerberg, junto com seus amigos Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovits e Chris Hughes, criaram o “The Facebook”, que se tornaria uma das maiores redes sociais na internet. A novidade se espalhou rapidamente pelos estudantes da Universidade de Harvard, que era o foco principal da rede social lançada. Só poderia acessar a nova rede social quem pertencia a essa universidade da elite dos Estados Unidos e que tivesse o e-mail da instituição.

A universidade possuía um site em que os estudantes podiam saber mais sobre os seus amigos, em que cursos e aulas estavam matriculados. A grande maioria dos estudantes considerava que as informações que o site fornecia eram insuficientes. Mark estava atento para a demanda de uma rede social que fornecesse o que os estudantes queriam. Antes da rede social ele criou o site “Facemash”, em que a partir das fotos dos dormitórios os inscritos no site escolheriam a estudante mais bonita entre duas candidatas. Esse site derrubou os servidores da Universidade de Harvard, o que gerou uma suspensão ao criador e pedidos de desculpas a grupos universitários que se sentiram ofendidos.

Quando a primeira versão da rede social foi lançada não houve dificuldade em se espalhar pelo campus universitário, que tinha como principal função disponibilizar informações sobre estudantes, como em que curso estava, que aulas frequentava, paquerava ou namorava alguém. Uma das principais justificativas para a criação da rede é que os jovens universitários gostam de contar o que estão fazendo e ver que os outros estão fazendo. O Facebook foi registrado pela quantia de 35 dólares. Em seu primeiro comunicado ao ser colocado no ar como a nova rede social, “The Facebook” informava aos estudantes de Harvard que eles poderiam utilizar esse novo recurso para encontrar pessoas da sua faculdade, descobrir quem está matriculado no seu curso, procurar amigos de seus amigos, e ter uma visualização de sua rede social.

Zuckerberg, em algumas entrevistas⁶, ao ser perguntado se tinha ideia que a rede social lançada junto com alguns de seus amigos se tornaria uma das mais famosas e lucrativas da história, ele respondeu que a intenção era criar uma rede social para que os estudantes de Harvard pudessem compartilhar informações com

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=Lb4IcGF5iIQ> Facebook: How to built the Future. acesso em 09 de janeiro de 2017

amigos e colegas. Posteriormente alunos de outras universidades pediram acesso ao Facebook, ainda para Zuckerberg se não fosse ele seus amigos outra pessoa perceberia essa demanda na universidade ou na internet e criaria uma rede social, durante os primeiros anos os irmãos Winkloss processaram Mark Zuckerberg por plágio, pois segundo eles o haviam contratado para criar uma rede social, em sua defesa Zuckerberg argumentam que eram duas ideias completamente diferentes, a disputa acabou em um acordo judicial de 65 milhões de dólares.

A ascensão do Facebook foi uma das maiores da internet. Em dezembro de 2005 tinha 5,5 milhões de usuários, em 2012 já possuía 12 milhões de usuários, em 2008 atingiu a marca de 100 milhões de usuários superando o seu concorrente, o Myspace. E em 2010 atingiu a marca de 500 milhões de usuários. Alguns outros episódios foram marcantes para o Facebook como as aquisições dos concorrentes como Instragam e Whatsapp.

Em 2010 o programa⁷ 60 minutes, da rede de televisão CBS, entrevistou Mark Zuckerberg, que respondeu diversas perguntas sobre a história do Facebook. Sobre a disputa judicial com os irmãos Winkloss ele responde que as duas ideias eram totalmente diferentes e que não havia um contrato formal entre ele e os irmãos, e que a continuidade das disputas o deixa perplexo. O programa ouviu a versão dos irmãos que continuam sustentando que foram enganados por Mark Zuckerberg. O programa levantava questões como a relação de privacidade e a rede social.

Em 2010 a revista americana Time elegeu Mark Zuckerberg como a personalidade do ano. No artigo⁸ que justificava a escolha do criador do Facebook como personalidade do ano a revista destacava a criação de um novo sistema para a troca de informações que conectou 500 milhões de usuários e que mudou a maneira como vivemos. Ainda na reportagem a revista fala sobre alguns aspectos da rede social de Zuckerberg, como a sala de reuniões que lembra um aquário devido às suas paredes de vidros que não garantem nenhuma privacidade.

Em sua própria página do Facebook ele agradeceu por ter sido escolhido a pessoa do ano, segundo reportagem do portal de notícias G1, ele declarou:

Ser escolhido a pessoa do ano pela 'Time' é uma grande honra e um reconhecimento de que nossa pequena equipe está construindo algo

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=rGXtY-Jm3aw&t=1220s> 60 minutes acesso em 09 de janeiro de 2017.

⁸ http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2036683_2037183,00.html Mark Zuckerberg , person of the year acesso em 03 de junho de 2018.

que milhões de pessoas querem usar para fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado.”⁹

Mark Zuckerberg ao ser escolhido como pessoa do ano deixou para trás pessoas como o ativista e jornalista Julian Assange, criador do site Wikileaks, que no mesmo ano divulgou milhares de documentos do exército americano e telegramas da diplomacia americana, e o presidente do Afeganistão na época, Hami Karzai.

No perfil de Mark Zuckerberg feito pela revista Time, como em outras reportagens, falam sobre o ambiente de trabalho no Facebook. A reportagem menciona a sala de reuniões com paredes de vidros e os escritórios que não possuem redomas ou divisórias. Isso seria uma demonstração da geração a qual pertence o criador do Facebook, além de um ambiente que incentiva a competição.

Na mesma entrevista para o programa 60 minutos, a entrevistadora pergunta a Mark Zuckerberg sobre a palavra Hack, que estava grafitada em uma das paredes do escritório. Ele responde que a palavra hack não precisa ter uma conotação negativa e que pode significar uma pessoa entusiasta na criação de novos códigos e salientou que sempre há competições entre os engenheiros do Facebook que passam à noite inteira para a criação de novos códigos.

O programa mostra também a competição entre as duas maiores empresas do Vale do Silício pelos melhores profissionais. O Facebook tem contratado muitos engenheiros ou outros profissionais que trabalhavam para o Google, um desses casos é o da chefe executiva Sheryl Sandberg. Ainda nesse mesmo programa ouviu uma especialista que considera uma disputa cada vez mais acirrada entre as duas empresas quanto à preferência dos usuários que utilizam as plataformas para buscas.

Ao longo de seu rápido sucesso vencendo redes sociais concorrentes ou no aumento expressivo de usuários foi chamando atenção do Vale do Silício. Em 2006 o site Yahoo fez uma oferta de um bilhão de dólares que foi recusada. O ensaísta Jon Lanchester argumenta que alguns acontecimentos como a vinda de Sheryl Sanberg fizeram o Facebook parecer mais uma empresa.

⁹ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/revista-time-escolhe-mark-zuckerberg-como-pessoa-do-ano-2010-13.html> revista time escolhe Mark Zucberg como pessoa do ano acesso em 03 de junho de 2018

Em uma reportagem¹⁰ da Rede Globo em 2010 sobre como era trabalhar na rede social americana, a reportagem entrevistou o engenheiro Rodrigo Schimdt que trabalha na rede social. Para o engenheiro todos têm voz na empresa para a criação de um novo produto e acesso ao presidente da empresa. A reportagem salienta que a empresa não possui rigor com os horários e que os funcionários têm a liberdade para trabalhar como desejarem. Rodrigo afirmou também que há um ambiente de trabalho em que a hierarquia não se faz presente. A reportagem entrevistou o engenheiro de software Robert Kieffer que destacou que o mais importante no Facebook é que ele é dirigido por uma juventude com ideias novas e mais abertas.

Em alguns momentos de sua história em que a rede social de Mark Zuckerberg começou a ganhar sucesso e usuários já chegavam à casa dos milhões houve ofertas para que a empresa fosse vendida. Uma dessas ofertas veio da Yahoo. Outras ofertas foram recusadas pelo criador e pela equipe do Facebook, porém para muitos a grande mudança ocorreu quando o Facebook foi lançado na Bolsa de Valores nos Estados Unidos.

Segundo levantamento do próprio Facebook, em 2016 a rede social contava com 102 milhões de usuários que se conectavam mensalmente para interagir com seus amigos. Segundo a mesma pesquisa, 96 milhões acessam a rede social americana através de dispositivos móveis. Conforme o levantamento¹¹ feito pelo especialista em marketing Allan Peron, nesse mesmo ano a cada sessenta segundos cerca de 510 mil comentários são feitos junto com outras 293 mil atualizações de status e 136 mil vídeos ou fotos são publicadas.

O especialista chegou ao número de 99 milhões de contas ativas no Brasil ficando atrás somente da Índia e Estados Unidos em número de usuários. Dessas contas ativas de brasileiros 54% pertencem à mulheres, 67% acessam todos os dias a rede social e 80% acessam através de dispositivos móveis. No ano de 2012 o Facebook atingiu a marca de um bilhão de usuários. Depois de cinco anos, no ano de 2017, atingiu a marca de dois bilhões de usuários. Segundo o site TechTudo, 117 milhões de brasileiros têm uma conta no Facebook.

1.4 Como o Facebook funciona

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=v03nzxluYu0&t=355s> acesso em 09 de janeiro de 2017

¹¹ <http://www.allanperon.com.br/facebook-marketing/> acesso em 04 de junho de 2018

O pesquisador Nick Srnicek, em seu livro “ Plataform Capitalism”, se debruça sobre as plataformas que estão dominando a internet e a economia. Ele coloca as diferentes tipos de plataformas que são oferecidas aos usuários. A semelhança dessas plataformas é o uso que elas fazem dos dados, para o pesquisador os dados representam a nova economia.

Para o pesquisador existem plataformas que atuam de modos e funções diferentes: a plataforma de anúncios pode ser colocada como aquela plataforma em que a maior fonte de financiamento vem dos anúncios. Os maiores exemplos dessa plataforma são o Google e o Facebook. Essas duas companhias da internet começaram coletando os dados dos usuários com o intuito de fornecer um serviço melhor. Ainda segundo o pesquisador 96.6% da receita do Facebook vem dos anúncios.

Ainda para o pesquisador as plataformas de anúncios exploram o trabalho de graça de seus usuários que produzem suas mercadorias e que são coletados pela plataforma para se venderem aos anunciantes e parceiros. A retórica de que a internet deu voz a outras pessoas que antes estavam impedidas por monopólios da mídia ajudou na ascensão dessas plataformas.

Ao longo de sua história, o Facebook foi modificando suas configurações para que novas funções fossem adicionadas. A todo o momento a rede social americana incentiva seus usuários a publicarem atualizações. No topo da página de todo usuário aparece a pergunta “o que você está pensando?” e muitos usuários respondem ao questionamento da rede social americana.

Um usuário do Facebook pode limitar o número de outros usuários que têm acesso ao seu perfil. Nas configurações de conta o usuário assinala os limites de acesso a sua conta, como por exemplo, os “amigos” que podem marcar as fotos de seus amigos.

Ainda os usuários podem colocar fotos, vídeos ou menos em sua timeline ou comentar nos perfis de seus amigos. Ao longo do tempo a rede social americana foi inserindo modificações em suas configurações para permitir novas modalidades de interação para os usuários.

1.5 Redes sociais, benefícios e prejuízos

Conforme o número de usuários das redes sociais aumenta, a cada ano aumenta as preocupações e debates sobre os usos que se faz desses meios digitais que crescem tanto na mídia como no meio acadêmico. Outros segmentos da sociedade civil preocupa-se com a privacidade. Outras questões também surgiram como os efeitos que as redes sociais podem ter na opinião pública diante da quantidade de informações que circulam.

Mark Zuckerberg é um grande entusiasta das redes sociais. Para o criador do Facebook, a cada ano as nossas atividades estarão cada vez mais nas redes sociais, assim como a vida de usuários e de pessoas públicas como artistas e políticos que tomam decisões que alteram o nosso cotidiano. Para ele, quanto mais visibilidade, mais a sociedade é transparente. O escritor Andrew Keen discorda argumentando que muitas pessoas devem ter o seu direito à privacidade.

O escritor Andrew Keen critica em seu livro “ A cultura do Amador”, a internet, e principalmente as redes sociais. Para ele a internet inaugurou a era do amadorismo em que qualquer usuário pode ter um blog para falar trivialidades ou sobre política e economia sem ser um especialista no assunto. A linha entre o produtor e o consumidor de conteúdos se tornou muito tênue.

Keen argumenta que:

Esse apagamento das linhas entre público e autor, fato e ficção, invenção e realidade obscurece ainda mais a objetividade. O culto do amador tornou cada vez mais a difícil determinar a diferença entre leitor e escritor, artista e relações públicas, arte e publicidade, amador e especialista. O resultado? o declínio da qualidade e da confiabilidade da informação que recebemos, distorcendo assim, se não corrompendo por completo, nosso debate cívico nacional (2009, p.30)

Outra crítica feita às redes sociais é a criação de bolhas que ajudam a criar uma realidade distorcida como consequência do modo como os sites de buscas ou redes sociais atuam, como por exemplo, a utilização dos algoritmos que direcionam conteúdos conforme o perfil de cada usuário. As bolhas podem ocorrer quando os usuários configuram suas contas para que em suas páginas só mostrem conteúdos de “amigos” que tenham o mesmo gosto ou preferências políticas.

O algoritmo é usado como ferramenta para que as redes sociais saibam como os usuários estão interagindo, que fotos ou vídeos eles curtem e compartilham para

seus seguidores ou amigos. O problema dos algoritmos segundo Eli Parisier estaria nos efeitos colaterais nos usuários na utilização dessas ferramentas. Os algoritmos determinam que fotos de nossos amigos nós veremos primeiro e também que notícias ou blogs políticos o usuário verá primeiro em sua rede social criando filtros bolhas conservadoras ou progressistas, no caso da política

Os filtros personalizados são muitos tentadores e fascinantes porque diariamente somos bombardeados por milhões de novas informações. Só o Facebook tem diariamente 60 milhões de atualizações de status diariamente, sem contar a quantidade de e-mails que diariamente enviamos e recebemos. Queremos a informação que necessitamos o mais rápido possível.

Para um consumidor, não há nada de errado em eliminar o que é irrelevante ou desagradável. Mas o que é bom para os consumidores não é necessariamente bom para os cidadãos. As coisas de que eu gosto podem não ser as que realmente eu quero, muito menos as que preciso saber para me tornar um membro bem informado da comunidade ou país (PARISIER, 2012, p.17)

Essa questão das bolhas ideológicas ganhou força quando o então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, do Partido Republicano, ganhou as eleições presidenciais de 2016. A eleição americana foi marcada por uma forte polarização entre eleitores. As redes sociais foram apontadas por muitos críticos ou eleitores de Donald Trump como as principais responsáveis pela vitória do republicano.

As críticas às redes sociais como o Facebook após os resultados das eleições americanas pelo o não controle efetivo do que se chamou de “Fake News” ou notícias falsas, muitos artigos, pesquisas ou ensaios estão sendo feitos sobre a propagação dos boatos e notícias falsas que foram divulgadas em larga escala durante as eleições e sua efetiva influência no resultado final, os filtros bolhas acabam ajudando na propagação de notícias falsas por ajudarem a reafirmar as posições de eleitores com posições altamente polarizadas, órgãos de investigação dos Estados Unidos investigam uma possível interferência da Rússia nas eleições americanas.

O ensaísta Jon Lanchester em seu ensaio “Você é o produto”¹² critica a maneira como o Facebook lida com os conteúdos divulgados na rede social. Para o ensaísta, a rede social não se importa com a propagação de notícias falsas porque continua lucrando com qualquer que seja a interação. As declarações dadas por Mark Zuckerberg após as eleições estariam mais relacionadas às pressões por parte de seus usuários a da opinião pública.

Muitos grupos de direita que apoiaram o candidato Trump nas eleições utilizaram as redes sociais como o Facebook para fazerem a defesa do candidato e divulgar as propostas da campanha, como a construção do muro na fronteira do México e um controle maior da imigração. Esse movimento ficou conhecido como Altright (Direita Alternativa, em tradução livre) que tem como um dos principais representantes o blogueiro Alex Jones e Ben Shapiro.

Outra questão que envolve benefícios ou prejuízos que envolvem redes sociais como o Facebook é a alta exposição que usuários são expostos devido a uma publicação trazendo consequências pessoais ou profissionais não faltam casos que podem ser contados ou pesquisados na internet.

O escritor americano Jon Ronson em seu livro “Humilhado, como a internet mudou o julgamento público”, se debruça sobre casos de pessoas que tiveram prejuízo em suas vidas devido a alguma publicação nas redes sociais. Um exemplo foi um CEO que ao viajar para a África do Sul publicou em seu Twitter uma piada de mau gosto que foi considerada racista. O CEO perdeu o seu emprego.

Em outro caso analisado pelo escritor americano, uma jovem teve a ideia de tirar uma foto mostrando o dedo do meio. O problema era que a placa dizia “Silêncio e Respeito” e o local era um cemitério do exército americano. Muitos usuários consideraram essa foto de mau gosto e de profunda falta de respeito. Esse episódio teve graves consequências para a jovem porque qualquer pessoa que pesquisasse seu nome na internet tinha como resultado a polêmica foto. Também no livro o escritor relata o surgimento de empresas que se especializam em limpar o nome das pessoas para que sejam esquecidos pela internet.

Casos de usuários que tiveram suas vidas pessoais ou profissionais também aparecem no Brasil. Acabam sendo resolvidos pela justiça como no caso de

¹² Revista Piauí número 132 de setembro de 2017.

pessoas que perderam o trabalho devido a alguma postagem nas redes sociais. Um exemplo é o de um funcionário de uma concessionária do interior de São Paulo que perdeu o seu emprego quando curtiu uma publicação de um ex-funcionário criticando a empresa e uma das proprietárias. Tribunais superiores confirmaram a demissão por justa causa. Uma das juízas argumentou que o caso era grave porque o funcionário sabia das dimensões que as redes sociais podem tomar e que muitos funcionários eram “ amigos” no Facebook do demitido¹³.

Em outro caso uma empresa de turismo demitiu um cozinheiro devido às faltas constantes e à apresentação de atestados médicos que segundo a reportagem do Link Estadão¹⁴ eram duvidosos. Na audiência a empresa de turismo usou como prova diversas fotos e outras atividades do cozinheiro que estavam registradas em sua página no Facebook. A juíza do caso aceitou as provas e deu ganho de causa para a empresa.

1.6 Porque publicamos nas redes sociais

Muitos escritores ou pesquisadores como Andrew Keen e Eli Parisier apontam os efeitos colaterais como um material de baixa qualidade em larga escala ou na criação de bolhas ideológicas que podem causar uma falsa percepção da realidade, mas por outro lado pesquisadores como Clay Shirky colocam os lados positivos. Em suas pesquisas ela tenta entender porque as pessoas publicam nas redes sociais.

Em seu livro “A Cultura da participação” o pesquisador tenta colocar que o mais importante não são as ferramentas e sim os usos que se fazem das mesmas. Para ilustrar o seu argumento ele levanta o caso do milk shake no Mc Donalds. Os diretores da rede de lanchonetes queriam melhorar a bebida, muito especialistas contratados focaram sua atenção para o produto, somente o pesquisador Gerald Berstell focou nos consumidores da bebida.

Um dos exemplos dos usos que se fazem das redes sociais foi a criação do Ushahdi, pela ativista política Ory Okolloh. Para fazer um levantamento das explosões de violência no Quênia durante as eleições de 2007 que gerou as disputadas entre os partidários do presidente Mwai Kibaki, parte da mídia foi

¹³ <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/06/justica-julga-valida-demissao-com-justa-causa-por-curtido-no-facebook.html> acesso em 08 de agosto de 2017

¹⁴ <http://link.estadao.com.br/blogs/deu-nos-autos/demitido-justo-por-causa-do-facebook/> acesso em 08 de agosto de 2017.

censurada pelo governo e outra parte simplesmente não divulgou todas as informações com medo de sofrer novas censuras.

O blog da ativista foi uma das únicas fontes de informações dos quenianos sobre as explosões de violência no país. As informações que a ativista recebeu foram tantas que acabou originando o Ushahdi.com. O blog foi criado com a ajuda dos programadores Erik Hersman e David Kobia. Para o pesquisador essas iniciativas ajudam a melhorar uma situação como no Quênia porque chamam atenção para determinados problemas.

As redes sociais foram utilizadas por movimentos sociais para colocar suas posições e convocar atos políticos, como manifestações. Um desses movimentos foi o MPL (Movimento Passe Livre) que em junho de 2013 organizou manifestações contra o aumento da passagens no transporte público. O aumento da passagem foi anunciado pelo prefeito Fernando Haddad e pelo governador Geraldo Alckmin gerando as primeiras demonstrações de insatisfações nas redes sociais.

O MPL começou a organizar manifestações contra o aumento das passagens. Partes das reivindicações do movimento foram feitas pelas redes sociais como o Facebook. Na quarta manifestação houve forte confronto entre a polícia e os manifestantes. Durante a manifestação e no dia seguinte o Facebook, assim como outras redes sociais, foi inundado de relatos de abuso de autoridade cometidos pela polícia. Na convocação para o seguinte ato a confirmação a mais de 500 mil pessoas.

Após o quinto ato o MPL, diversas manifestações começaram a ocorrer nas cidades brasileiras convocadas principalmente por páginas no Facebook e pautadas por motivos como o combate à corrupção. O fim da PEC 37 entre outras reivindicações foram abordadas. O MPL se retirou depois que o aumento da passagem foi revogado pelo prefeito Fernando Haddad e pelo governador Geraldo Alckmin. O principal argumento do movimento para se retirar das ruas foi que muitas bandeiras não eram compatíveis com o movimento.

Após os protestos de 2013 muito se discutiu o papel das redes sociais nas divulgações e durante as manifestações. As redes teriam sido um ator principal ou coadjuvante? durante o governo da Presidente Dilma Rousseff até o seu Impeachment, movimentos em defesa do mandato da presidente ou a favor de seu

afastamento utilizaram as redes sociais para a defesa de suas posições e para marcar manifestações. Páginas dos movimentos pró e contra tiveram a presença de robôs para aumentar a audiência e o alcance das páginas.

Nos Estados Unidos e Europa tivemos protestos políticos ou movimentos sociais que se organizaram via redes sociais para protestar contra os efeitos da crise ou contra a violência da polícia. Um desses movimentos foi o Occupy Wall Street, que tomou o centro financeiro na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, para protestarem contra os efeitos da crise de 2008. Muitos manifestantes acamparam perto da Bolsa de Valores e as reivindicações eram feitas nas redes sociais. Na Espanha se formou o movimento Indignados que tem as mesmas características do movimento americano, como a ocupação de ruas em cidades espanholas contra os efeitos da crise, como a perda de casas por muitos espanhóis que não conseguiram pagar suas hipotecas.

Outro movimento que se utiliza muito das redes sociais nos Estados Unidos é o Black Lives Matter. O movimento surgiu após alguns casos de jovens negros terem sido mortos principalmente por policiais negros. Muitos dos manifestantes ou ativistas utilizaram a hashtag Black Lives Matter para a denúncia da violência policial ou na divulgação de manifestações. Vídeos que denunciam casos de violência como no caso do vendedor ambulante Eric Garner, que foi imobilizado por um policial com uma gravata, e mesmo falando que não conseguia respirar não foi solto. O sufocamento acabou causando sua morte. Nas ruas e nas redes sociais as manifestações que denunciaram esse caso usavam as frases “Black Lives Matter” e “I can’t breathe”.

Ainda para o pesquisador Clay Shirky uma das características das redes sociais é a possibilidade de organizar manifestações sem a necessidade de uma organização política ou líderes. Muitas manifestações ou iniciativas políticas foram feitas nas redes sociais em que os usuários debatem as reivindicações.

O Pesquisador Andrew Keen tem uma visão crítica da utilização de redes sociais para manifestações políticas. Para ele a utilização de redes sociais sem um cuidado pode trazer problemas e riscos à vida, como no caso dos manifestantes que protestaram em diversos países no Oriente Médio durante o que ficou conhecido como Primavera Árabe. Muitos desses países eram governados por ditaduras com serviços secretos vigiando as redes sociais.

2. Internet, Privacidade e Censura

2.1 Internet e censura

Durante toda a história houve centenas de casos em que cidadãos, oposição política ou um jornalista sofreu uma censura. Ela pode vir através de ameaças de violência física, poder político e econômico, intimidação, ou por ordem judicial. Em alguns casos pode haver autocensura para que determinado indivíduo ou jornalista não sofra represálias ou perca o emprego.

Com a internet, a censura pode se tornar mais fácil e perigosa, mas em compensação toda a censura na internet pode ser contornada. Uma das maneiras de tentativa de censura é proibir ou tirar determinadas “tags” ou palavras-chaves. Quando o governo chinês quer censurar qualquer texto ou menção ao massacre da Praça Tian Anmen ou Praça Celestial, as palavras-chaves nesse caso foram retiradas do ar e quando pesquisadas por um cidadão chinês não mostrarem nenhum registro.

O governo chinês é um dos exemplos de censura à internet em larga escala. Diversas empresas americanas como o Google e Twitter não estão presentes no território chinês por não concordarem com medidas impostas pelo governo de Pequim. Cidadãos chineses não conseguem acesso pela internet a diversos sites jornalísticos ocidentais. A censura é possível, pois o estado chinês controla toda a infraestrutura da internet, como os cabos de fibra óptica, servidores, roteadores, e coleta toda a movimentação de comunicação dos chineses. Para o ativista e jornalista Julian Assange: “O que nos preocupa é que para ter censura na internet, também deve haver vigilância na internet” (ASSANGE, 2012, p.123).

No relatório¹⁵ Freedom on the Net, de 2017, são abordadas algumas estatísticas sobre o uso da internet e a censura. Em alguns países, segundo a organização, a internet tem 3.4 bilhões de usuários, mas nem todos têm a liberdade garantida. Há a divisão em três categorias: liberdade total, liberdade parcial e sem liberdade. Outras estatísticas do relatório dão conta que 62% dos usuários vivem em países que prenderam pessoas devido à publicações na internet relacionadas à política; 52% vivem em países que redes sociais ou aplicativos de mensagens foram

¹⁵ <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/freedom-net-2017> 13 de junho de 2018.

bloqueados no último ano, ou 47% vivem em países em que o debate das causas LGBT podem levar a punições.

No relatório¹⁶ a liberdade na internet recuou no ano de 2017. Em muitos países a discussão sobre política nas redes sociais foi prejudicada de diversas maneiras. Para a organização, a ameaça à liberdade não está somente na retirada de conteúdos pelos governos, mas também na proliferação de notícias falsas na internet e nas redes sociais bem como na implementação de exércitos de comentadores que fazem publicações pró-governo como na China, na publicação de implementação em massa de propaganda pró-regime, ou na utilização de “bots” ou robôs que insuflam publicações nas redes sociais.

Para a organização que analisou a liberdade da internet em 65 países, os números mostram uma queda na liberdade do usuário na internet; em 32 países houve um declínio, como no Brasil, Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Filipinas, Rússia, Turquia e outros países. Em outro levantamento que analisou a prática de censura através de três trópicos, como o obstáculo de acesso o bloqueio de novas tecnologias de acesso, bloqueios de conteúdos como a web sites e a violações dos direitos dos usuários através de programas de vigilância, em uma escala de zero a 100, sendo que a pontuação perto de zero é um país com liberdade na internet, Estônia e Islândia tiraram nota 6, seguidos por Canadá com nota 15. Os países nas últimas colocações em liberdade de expressão são a Etiópia, Síria e China.

A internet é ao mesmo tempo um espaço que possibilita ao usuário liberdade de expressão, mas também mostra a contradição quando poucos agentes começam a dominar a infraestrutura da internet e acabam ditando certas regras. Os rumos da internet, nesse cenário, dão surgimento ao que podemos caracterizar como censura privada. Para o pesquisador Sergio Amadeu da Silveira, em seu artigo “Redes Sociais, Censura privada e modulação”, censura privada acontece quando redes sociais definem regras que seus usuários devem seguir para publicarem seus conteúdos. Essas mesmas redes sociais retiram conteúdos que elas julgam não pertinentes com suas regras mesmo que as leis e constituições dos países sejam maiores. Mas essa censura ocorre quando estados nacionais atuam

¹⁶ Idem.

para que as redes sociais retirem determinados conteúdos através de pressões políticas, econômicas ou ordens judiciais.

No ano de 2017 o Congresso brasileiro aprovou um projeto que ficou conhecido como uma minirreforma política e eleitoral. Entre as medidas aprovadas, a que causou mais polêmica e críticas da sociedade civil e de movimentos sociais veio do deputado Áureo Lídio Moreira Ribeiro (Solidariedade). Depois de críticas e pressões, o Presidente Michel Temer vetou essa emenda ao assinar o projeto.

Caso a emenda passasse, plataformas como Google, Facebook ou Twitter seriam obrigadas a retirar um conteúdo em 24 horas através de uma simples notificação. Ainda teriam que identificar o usuário que fez a publicação. Segundo reportagem¹⁷ do O Globo uma simples notificação seria suficiente para a remoção do conteúdo sem a necessidade de uma ordem judicial. O marco civil da internet é claro quando coloca a necessidade de uma ordem judicial para a retirada de qualquer conteúdo.

A reportagem do O Globo publicou a emenda que obrigava a retirada de conteúdo:

“ A denúncia de discurso de ódio , disseminação de informações falsas, ou ofensa em desfavor de partido, coligação, candidato ou de habilitado conforme o art. 5 c, feita pelo usuário de aplicativo ou rede social na internet, por meio do canal disponibilizado para esse fim no próprio provedor, implicará suspensão, em no máximo 24 horas, da publicação denunciada até que o provedor certifique-se da identificação pessoal do usuário que a publicou, sem fornecimento de qualquer dado do denunciado ao denunciante, salvo por ordem judicial".¹⁸

O deputado, através de sua assessoria, defendeu a emenda argumentando que a emenda pretendia dar transparência e equilíbrio ao uso das redes sociais. Ainda para o congressista a emenda tinha como objetivo o combate à calúnia e à propagação de notícias falsas na internet, principalmente durante as eleições. Outros órgãos institucionais brasileiros pretendem tomar medidas contra as notícias falsas que preocupam ativistas e a sociedade civil.

¹⁷ <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/emenda-da-reforma-politica-permite-censura-na-internet-durante-eleicoes.html> acesso 14 de junho de 2018.

¹⁸ Idem.

Em 16 de janeiro, o blog Outras Palavras, em um artigo¹⁹, denuncia as intenções da Polícia Federal brasileira, que em uma publicação na rede social Twitter a intenção de combater as notícias falsas, em uma iniciativa que teria uma parceria com o Ministério Público e a Justiça Eleitoral, o que gerou mais críticas a essa iniciativa era o uso que se faria da Lei de Segurança Nacional implanta durante a ditadura militar brasileira.

O artigo mostra outras iniciativas no Congresso Brasileiro que pretendem modificar o marco civil da internet. Se aprovados esse projeto podem resultar em censura na internet como a Proposta de Lei da deputada Soraya Santos (PMDB), que acabaria com a obrigação de uma ordem judicial para o levantamento de dados dos usuários. O projeto modificaria o 23º artigo marco civil da internet. Com o projeto a redação do artigo ficaria:

“A autoridade policial ou o Ministério Público, observado o disposto neste artigo, poderão requerer, ao responsável pela guarda, registros de conexão e registros de acesso a aplicações de internet, para instruir inquérito policial ou procedimento investigatório iniciados para apurar a prática de crimes contra a honra cometidos mediante conteúdo disponibilizado na internet”.

Outro projeto que tem data de 2005 e que é preocupante e poderia levar censura à internet é de autoria do Senador Paulo Paim (Partido dos Trabalhadores). O projeto tinha como intenção inicial o combate aos crimes de discriminação e preconceito de raça, etnia, religiosa ou de origem, mas acabou recebendo proposta de emendas que modificaram o teor trazendo os riscos de censura na internet. Uma das emendas é de autoria do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), que tipifica os crimes de ódio na internet.

Segundo o artigo²⁰ do Outras Palavras esse projeto daria uma verdadeira oportunidade para que órgãos de investigações colocassem publicações como discurso de ódio para obrigarem as plataformas a entregarem informações dos usuários. Uma emenda do projeto determina que “os provedores de informação, conteúdo e hospedagem respondem solidariamente com o autor direto do dano”. Essa emenda vai de encontro ao marco civil da internet que exige uma ordem

¹⁹ <https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/a-policia-federal-prepara-a-censura-a-internet/> 14 de junho de 2018.

²⁰ Idem

judicial para a retirada de conteúdo e a entrega de dados e informações dos usuários.

O blog Global Voices traz a reportagem²¹ “Netizen Report: projeto de lei sobre censura na internet exerce grande influência no Egito”, de 15 de maio de 2015, em que relata a tentativa no Egito de aprovar um projeto de lei anticrimes cibernéticos, que segundo a reportagem pode transformar práticas de censura em uma lei nacional. No projeto, o sétimo artigo permitiria que autoridades egípcias pedissem a censura a sites ou plataformas que sejam um risco à segurança nacional, como a necessidade de combate a ameaças terroristas. O artigo exige que os pedidos passem por uma autorização judicial. A lei também exige que sites e plataformas se responsabilizem pela retirada de conteúdo pedidos pelo tribunal. O não cumprimento dessas medidas levaria a uma multa ou prisão caso o não cumprimento da medida resulte em risco à segurança nacional do Egito.

Em um artigo²² para o blog Madama, a jornalista Rana Mamdouh escreve sobre o Projeto de Lei no Egito. Ao longo do artigo, Mamdouh coloca os diversos perigos que essa lei traz para os usuários. Ela aborda o perigo que essa lei pode fazer legalizando a censura no país e afirma que pode levar o Egito a ter menos transparência dos agentes do Estado, como mostra o levantamento de Transparência Internacional citado no artigo.

A China é conhecida por ser um dos países que mais censuram a internet. Muitas plataformas americanas não atuam em território chinês, como o Facebook, Twitter, Google, entre outras, por não concordarem com certas medidas do governo de Pequim. Quando um chinês quer acesso a redes sociais de outros países ele utiliza o VPN (Virtual Private Networking) que diz ao provedor que o celular ou computador está em outro país. Mesmo utilizando esse aplicativo é perigoso para um chinês, sendo que pode sofrer processos judiciais devido ao uso desse aplicativo.

²¹ <https://pt.globalvoices.org/2018/05/15/netizen-report-projeto-de-lei-sobre-censura-na-internet-exerce-grande-influencia-no-egito/> acesso em 15 de junho de 2018.

²² <https://www.madamasr.com/en/2018/03/14/feature/politics/parliament-in-haste-to-approve-cybercrime-bill-ambiguous-provisions-loose-definitions-legalized-web-censorship/> acesso em 15 de junho de 2018.

Em uma reportagem²³ do G1 de novembro de 2016, há a abordagem sobre o novo projeto aprovado na China, que levou ao aumento censura desde que a nova lei entrou em vigor em junho de 2017.

É a lei de segurança cibernética, que obriga empresas chinesas e estrangeiras a colaborarem com o Estado em casos de risco para a segurança nacional. A reportagem informa também que qualquer comentário na internet ou nas redes sociais pode ser apagado e censurado.

A nova lei que entrou em vigor em junho de 2017 proíbe que os usuários façam comentários sobre determinados assuntos que desrespeitem a honra nacional, perturbem a ordem econômica ou social, façam críticas ou queiram derrubar o sistema socialista do partido comunista chinês. A lei contempla também um controle e censura maior sobre a divulgação de produções cinematográficas.

O relatório da Freedom House “Freedom of the internet” mostra a China como um dos países que mais censuram a internet, que segundo o mesmo relatório tem cerca de 733 milhões de usuários. As táticas de censuras do governo chinês não estão somente na retirada de conteúdos, mas também na utilização de comentadores oficiais pagos pelo governo, propaganda favorável ao governo e invasões de contas de dissidentes políticos.

A censura na China é possível devido ao que se chama “ O Grande Firewall” da China, que tem o nome oficial de escudo dourado. Segundo reportagem do G1 a atuação desse sistemas está na utilização de diversas ferramentas que derrubam palavras chaves, bloqueios de IPs, sites, URLs, e a ajuda de empresas de servidores. Também segundo a reportagem se estima que o governo chinês emprega entre trinta e cinquenta mil agentes para monitorar ou configurar o sistema.

2.2 Privacidade e vigilância em massa

Ao longo de sua carreira, o jornalista americano Gleen Greenwald investiga os serviços de inteligência americanos e seus programas de vigilância em massa na internet. Em 2013 o jornalista americano começou a receber mensagens em sua caixa de e-mail de uma fonte anônima que alegava ter documentos sobre a vigilância feita pelo governo americano. A única exigência da fonte era que o

²³ <http://g1.globo.com/tecnologia/blog/seguranca-digital/post/saiba-como-funciona-o-sistema-de-censura-chines-escudo-dourado.html> acesso em 16 de junho de 2018.

jornalista usasse criptografia. O processo de comunicação entre a fonte e o jornalista se mostrou devagar. A fonte contactou a jornalista Laura Poitras, que utilizou criptografia para proteger a comunicação.

Na entrevista concedida para a jornalista americana Laura Poitras, o ex-agente explicou os motivos de sua decisão de entregar os documentos para os jornalistas. Segundo ele sua trajetória em agências de inteligência do governo americano começou logo após os atentados de 11 de setembro de 2001. Edward Snowden se alistou no exército americano, mas devido a uma lesão foi dispensado e logo depois teria entrado para a NSA. O ex-agente teria ficado contrariado sobre como as agências de inteligência americanas atuavam, e ao ver o general que comandava da inteligência americana mentir para o Congresso americano ao afirmar que as agências não coletavam dados de cidadãos americanos.

As revelações de Edward Snowden tiveram diversas reações na opinião pública americana e internacional. O governo americano criticou o vazamento e exigiu a extradição de seu ex-agente. Diversos políticos americanos o colocaram como um traidor da pátria que colocou a vida de cidadãos americanos em risco. Um debate sobre privacidade na internet ganhou força na mídia e na sociedade, pois muitos dos documentos vazados mostravam como o governo americano coletava os dados de cidadãos americanos e de outros países.

Os documentos²⁴ divulgados pelo ex-analista mostraram como a NSA atuava na coleta de dados de americanos e cidadãos americanos de outros países incluindo de aliados históricos, como França e Alemanha. Muito dos documentos eram slides e explicavam os programas da agência americana e como ela contava com a ajuda de agências de países aliados. Um grupo de países que era conhecido como os cinco olhos, “Five Eyes”, composto por países de língua inglesa Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá.

A NSA possui diversos programas, entre eles o Prism, e que dentro dele tem o Xkeyscore. Esses programas têm como finalidade a captação em larga escala dos dados de usuários na internet com a parceria de agências estrangeiras, como a CGHQ (British Government Communications Headquarters), que tem programa Tempora. A vigilância e interceptação de dados através de grampos nos cabos

²⁴ Fonte dos documentos: GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Sextante, 2014

submarinos, pressionando empresas como o Skype e Facebook para ajudar as agências de inteligências com os dados de pressões judiciais e políticas.

A principal justificativa para que haja uma vigilância e coleta de dados é a segurança contra as ameaças de terroristas que ameaçam principalmente os Estados Unidos e países da Europa. Ao comentar o vazamento dos documentos da agência de inteligência americana, o ex-presidente americano Barack Obama afirmou que não podemos ter ao mesmo tempo total segurança e total privacidade. Alguns pesquisadores contestam essa dicotomia, pois argumentam que essa escolha pode deixar o usuário acuado.

Essa falsa escolha entre segurança e privacidade tira do indivíduo sua soberania e coloca a decisão do que seria melhor para o indivíduo numa sociedade democrática para um governante, dando uma autoridade suprema para o Estado em detrimento do indivíduo e desrespeita as convenções de direitos humanos.

A relação entre o direito ao respeito a vida privada e o direito à proteção de dados. O direito, ao respeito da privacidade de uma pessoa é direito humano internacional global. Este pode ser encontrado na declaração universal dos direitos humanos de 1948, e sua forma jurídica consta no pacto internacional sobre os direitos civis e políticos, de 1966. Qualquer interferência na privacidade de uma pessoa deve estar sujeita, em primeiro lugar e acima de tudo, ao consentimento da pessoa. O direito de consentir ou recusar a utilização de dados pessoais pertence ao indivíduo, não ao Estado (BAUMAN, 2015, p.20).

As revelações dos documentos também nos mostraram a que ponto podem chegar os programas de vigilância em massa por agências de inteligência, interceptação de dados que não reconhecem os limites do Estado soberano nem leis internacionais. Uma simples parceria entre agências americana e britânica pode resultar na coleta e armazenamento de centenas ou até bilhões de dados dos usuários da telefonia celular que atualmente estão na internet, ou de serviços de troca de mensagens.

Como nos lembra o ativista Julian Assange, a digitalização da comunicação tem tornado a coleta de dados cada vez mais barata. O problema estaria em como armazenar todos esses metadados e processá-los. Só a NSA possui um orçamento anual de 10,8 bilhões de dólares. Uma de suas bases fica no estado americano de Utah. Ainda para o ativista uma das preocupações em relações aos programas de

vigilância é o fato que agências de inteligência têm ganhado cada vez mais autonomia em relação à soberania do Estado e da soberania popular. Para ele uma vez ligadas não tem como a sociedade civil parar essas máquinas.

Uma das questões referentes à vigilância em massa feita por agências e governos é a presença da iniciativa privada, que vai desde a produção de tecnologia e logística como o fornecimento de pessoal qualificado. O próprio Edward Snowden era um funcionário terceirizado de uma empresa que prestava serviços para a NSA.

Além dos diversos programas que foram tornados públicos da agência americana, ficou evidente que chefes de estado como a alemã Angela Merkel e a ex-presidente Dilma Rousseff tiveram o sigilo de suas comunicações quebrados. Também empresas como a Petrobrás, a russa Gazprom e o ministério de Minas e Energia do governo brasileiro. Em reação às revelações de quebra de sigilo da Alemanha e do Brasil conseguiram aprovar uma nota de repúdio na assembleia das Nações Unidas.

2.3 Privacidade, Estado e Brasil

Como resposta o governo brasileiro sediou a Netmundial que aconteceu em São Paulo e teve como tema governança da internet e privacidade com a presença de governos e da sociedade civil.

Apesar do discurso condenando a vigilância em massa do governo americano, o estado brasileiro com algumas de suas instituições vem treinando suas Forças Armadas e policiais na área de cyber defesa e para investigações que utilizem a interceptação de dados ou na aquisição de softwares que interceptam dados ou monitoram a internet.

Em 2015, diversos documentos da empresa italiana Hacking Team foram vazados após um ataque de hackers que expuseram 400 GB de documentos, como e-mails mostrando, por exemplo, como a empresa atua e quais são seus clientes, que vão desde agências de governos democráticos ou autoritários. Um desses clientes é a Polícia Federal brasileira. Um dos principais produtos da empresa italiana é a possibilidade de explorar vulnerabilidades nos sistemas de comunicação para a interceptação de um determinado alvo.

A lei brasileira 13.097 dispensa a Polícia Federal da obrigação de promover licitação na obtenção de recursos técnicos com a justificativa de não expor a capacidade de investigação da agência. A Polícia Federal possui dois programas da empresa italiana que também apresentou seus produtos para a Polícia Civil e militar de São Paulo, Exército Brasileiro, entre outros órgãos de investigações brasileiros.

No âmbito político e institucional o conflito entre privacidade e Estado houve pressões para que diferentes empresas de tecnologias e da internet na obtenção e entrega de dados para o combate e investigação de crimes como o ódio e pedofilia, diretores de empresas como do Google e Facebook já foram intimados para entregarem dados de comunicações de determinados usuários para investigações criminais, algumas vezes as ordens judiciais não foram cumpridas tendo como consequências ordens de prisão e retiradas do ar de serviços.

No ano de 2016, o aplicativo de comunicação Whatsapp, que pertence ao Facebook, teve seu sinal cortado por duas vezes no Brasil por decisões de juízes federais que emitiram decisões judiciais pelo bloqueio do aplicativo após a empresa não passar dados de determinados usuários que estavam sob investigação criminal. Em sua defesa a empresa argumentou que não armazena o conteúdo das conversas até porque adotou a criptografia *end to end*, em que só o emissor e receptor têm acesso à conversa. Nos dois casos as decisões foram revertidas por desembargadores da justiça brasileira.

2.4 Sociedade de controle e vigilância

A sociedade de controle pode ser entendida como uma sociedade em que o indivíduo se tornou uma amostra que pode servir tanto para a vigilância por parte dos governos e suas agências de segurança, quando o uso de perfil personalizado com os costumes de consumo, opinião política, preferências culturais, nada escapa.

O surgimento dessa sociedade começou a partir da Segunda Guerra Mundial enquanto os aparatos da sociedade disciplinar entravam em crise. Mas não foram extintos. Por sociedade disciplinar podemos entender que o indivíduo tem uma matrícula diante uma massa, os controles são feitos em espaços fechados como hospitais, prisões, escolas e fábricas. Na sociedade disciplinar o indivíduo transita pelos espaços em que sofre o controle, que também é marcado pelas hierarquias.

O filósofo Gilles Deleuze no seu ensaio *Post Scriptum*, da sociedade de controle, argumenta que nessa sociedade o controle é contínuo, o indivíduo se torna uma amostra em que a cifra determina onde o indivíduo pode ter acesso ou não.

A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso a informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa indivíduo. Os indivíduos se tornaram-se “dividuais”, divisíveis e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos” (DELEUZE, 2010 p. 226).

O filósofo também aponta o marketing como mais um dispositivo de controle. Atualmente, tanto governos como empresas têm grandes bancos de dados de seus clientes. Uma das utilidades dos bancos de dados de milhões de usuários ou clientes é a formação dos perfis personalizados. A atuação do marketing direcionado pode ser vista em sites como Amazon, que quando acessada por um cliente para a compra de um livro é oferecido conforme o seu gosto de leitura ou compra.

A sociedade de controle não é apenas o marketing direcionado ou vigilância da internet. Ela envolve também a produção de novas subjetividades, como o figura do empresário de si, todo o indivíduo é responsável pela sua produção e fracassos e principalmente os jovens são motivados a uma formação permanente que não parece ter fim.

Para o pesquisador Rogério da Costa os dois tipos de sociedade têm como ponto que diferencia o tratamento da informação. Enquanto na sociedade disciplinar a informação está nas instituições verticais e hierarquizadas onde cada espaço tem as suas informações, na sociedade de controle as informações estão interconectadas e os indivíduos transitam por diferentes redes de informações que produzem dados²⁵.

Uma das características mais importantes da sociedade de controle está no fato que os indivíduos não são forçados a participar e a fornecer os seus dados. Muitas vezes o fornecimento de dados é feito de maneira voluntária. A maioria das pessoas postam informações pessoais nas redes sociais. Atualmente os indivíduos são submetidos a sujeição e servidão maquínica. O filósofo Maurizio Lazzarato escreve que:

²⁵ DA COSTA, Rogério. Sociedade de controle. São Paulo Perspec. vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004

Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como um “sujeito individuado”, um “sujeito econômico” (capital humano, empresário de si) ou como um “cidadão”. Ao invés disso, ele é considerado uma engrenagem, uma roda dentada, uma parte componente do agenciamento “empresa, do agenciamento “sistema financeiro”, do agenciamento da mídia, do agenciamento do “Estado de bem-estar social” e de seus “equipamentos coletivos” escolas, hospitais, museus, teatros, televisão, internet e etc” (LAZZARATO, 2014, p.28).

Ainda para o filósofo, essa sujeição fabrica um sujeito que sempre está veiculado a um dos dispositivos de comunicação, como os celulares com acesso a internet que mostram a nossa localização em tempo real, ou até nos mostram um novo regime de trabalho em que o empresário de si precisa se mostrar sempre disponível.

Nessa situação, as máquinas, softwares e protocolos perdem sua objetividades. As máquinas e os signos da sujeição, como lembra Lazzarato, nos “sugerem, capacitam, solicitam, incitam, encorajam e impedem certas ações, pensamentos e afetos ou promovem outros” que levam dispositivos como Facebook e Google a selecionarem e venderem milhões de dados de seus big datas contendo as informações dos cotidianos dos usuários.

2.5 Sociedade de controle, mercado de dados e a morte da privacidade

A internet só começou a ser utilizada pelo público em geral no final do século XX. Durante todo o século passado as famílias ou indivíduos tinham como principal fonte de informação e entretenimento os jornais impressos, o rádio e posteriormente a televisão e seus produtores que dominaram a distribuição cultural durante algumas décadas do século XX. A notícia que seria vinculada, a atriz ou ator, cantor ou banda que faria sucesso e viraria um hit antes da internet estava nas mãos de poucas empresas da indústria fonográfica e de Hollywood.

Com a internet, a maneira de consumir e produzir cultura mudou. Como coloca o escritor Chris Anderson, mudamos da cultura de hit para a cultura dos nichos. Uma loja de discos e livros por mais que tente tem um limite de variedades e estoques em suas lojas devido a limitações de espaço e orçamento, com a internet

esses custos e limitações são mínimos. A internet pode abrigar diferentes gostos e costumes, enquanto uma livraria pode abrigar um número determinado de livros em estoque, sites como Estante Virtual e Amazon podem abrigar um número praticamente ilimitado. Segundo Anderson, esse fenômeno pode ser chamado de cauda longa. Podemos fazer uma analogia com o consumo nas cidades pequenas e nas grandes metrópoles, um vendedor de discos de vinil terá dificuldade em uma cidade pequena, mas numa metrópole de milhões de pessoas ele encontra seu nicho.

Na internet o fluxo de informações aumenta a cada dia, tanto que podemos dizer que estamos na sociedade da era da informação, pois produzimos informações sobre nós mesmos de maneira voluntária. O efeito da cauda longa estaria na situação que poucos espaços ou sites concentram toda a produção de nichos. Na lista dos sites mais acessados em diferentes países estão empresas como o Facebook, Google e Amazon. A questão principal na cultura dos nichos é ser visto.

O valor do Google ou do Facebook estaria em todos os dados e metadados que seus usuários produzem diariamente. Em uma pesquisa, os dez primeiros resultados podem variar conforme a pesquisa e movimentação de cada usuário. Uma das principais armas das empresas para atingirem os consumidores é na utilização em massa de filtros. Quando pesquisamos no Google ou utilizamos outros serviços da empresa tudo é registrado para oferecer resultados específicos para cada usuário. Se ao longo de seu acesso à internet o usuário pesquisar determinado estilo musical ou literário, o Google oferece links e conteúdos desse determinado estilo.

Muitas das empresas e sites utilizam diferentes métodos tecnológicos para monitorar o movimento de seus usuários ao longo de seu acesso pela internet. Um dos métodos é a utilização de cookies. Quando acessamos alguns sites ou redes sociais eles instalam cookies em nossos computadores para monitorar os sites que acessamos e quando tempo ficamos nesses sites. Quando o usuário retorna ao site que instalou esses cookies os dados são analisados para possibilitar o marketing direcionado.

O escritor Chris Anderson admite que na internet possa ter muita informação de má qualidade que é combatida pelos filtros que ajudam os usuários a se deslocarem da cultura dos hits para a dos nichos, ajustando as preferências dos

usuários. Ainda para o autor os filtros ajudam os usuários a encontrarem aquilo que precisam ou desejam em um ambiente que se tem informação em abundância, mas mesmos os filtros têm os seus limites. O site de entretenimento Netflix recomenda filmes ou seriados conforme as escolhas de seus clientes, mas dependendo dessas escolhas essas opções podem ficar escassas rapidamente. Anderson cita o CEO da empresa para mostrar que as maiorias das visualizações de conteúdo não são lançamentos, mas são úteis para o site quando ele for recomendar determinado conteúdo.

Para o sociólogo Sergio Amadeu podemos falar que estamos em um capitalismo cognitivo onde o principal elemento de produção do capital é a informação. Se no capitalismo da Revolução Industrial a principal fonte de capital estava na produção de bens materiais, atualmente na era da informação a produção está centrada nos bens imateriais, em que nossos passos e dados são administrados por softwares, são tecnologias que informam e controlam ao mesmo tempo.

A atriz britânica Emma Watson em uma entrevista²⁶ declarou que tenta ao máximo não tirar selfies com seus fãs com o intuito de manter a sua privacidade. Para a atriz se toda vez que ela tirar uma selfie e seus fãs publicarem nas redes sociais é possível rastrear diversos momentos e aspectos de seu cotidiano como onde elea estava e até que roupa estava usando.

Ao longo de nosso dia usamos a internet em nossos computadores pessoais ou celulares, nas redes sociais como o Facebook, Instragam ou Twitter, que relatam através de textos curtos, fotos ou vídeos uma visão de como foi o nosso dia, uma viagem de férias ou em alguns momentos nossas opiniões políticas, toda essa informação que produzimos de maneira voluntária é coletada e armazenada para que os filtros criem perfis sobre os nossos gostos, preferências e o que gostamos de consumir para se realizar o que se chama de marketing digital. Numa página na rede social Facebook aparece anúncios conforme o perfil de cada usuário, em nossos celulares que agora têm acesso a internet podemos baixar aplicativos que têm as mais diversas funções que vão desde a paquera como o Tinder e como o Moovit que nos mostram a melhor opção de ônibus ou estação de metrô para chegar a

²⁶ <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2017/03/emma-watson-explica-motivo-para-nao-tirar-selfies-com-fas.shtml> acesso: 15 de março de 2017

determinado destino. Vale lembrar que os aplicativos em sua totalidade também coletam nossos dados e muitos pedem que o GPS de nossos celulares esteja ligado informando a nossa localização e todo nosso trajeto percorrido.

Não se pode negar que o acesso à internet e posteriormente as celulares com a internet ajudou pessoas que antes não tinham informação, mas também precisamos ter cuidado com as informações falsas. Com a internet e as redes sociais até certo ponto houve uma democratização da comunicação. Nos jornais impressos e nos programas de rádio e tv poucos profissionais decidem o que é noticiado ou qual será o artista com espaço na programação. Com a internet e as redes sociais essa configuração é modificada, praticamente qualquer usuário pode criar um blog ou uma página sobre o assunto que desejar e ter seus seguidores ou fãs.

Com a democratização da comunicação, através da internet também vem ao lado empresas que se especializam na produção de tecnologia para rastrear cada passo dos usuários e aproveitar ao máximo seus dados e metadados. Agências de inteligência junto com empresas do setor privado também buscam programas e tecnologias que rastreiam e coletam dados em uma quantidade cada vez maior.

A pesquisadora Fernanda Bruno coloca, em seu livro “ Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade”, que podemos caracterizar a vigilância que estamos sujeitos a uma vigilância distribuída, pois como já foi colocado, as empresas na internet coletam e armazenam os dados com a intenção de criar perfis para o marketing direcionado e pessoal e o governo através de diversos dispositivos que vão desde controle nas fronteiras a câmeras de vigilância em ambientes públicos. Quando temos nossos dados coletados pelas empresas privadas na internet de uma forma involuntária damos nossos dados aos governos, pois muitas vezes o governo e o setor privado colaboram entre si.

A pesquisadora também lembra em seu livro como os Estados Unidos e o Reino Unido vêm desenvolvendo tecnologias de reconhecimento facial e de atitudes suspeitas através das imagens de câmeras de vigilância em lugares públicos e privados e outras aparatos de vigilâncias e coleta de informações de suspeitos, a maior parte dessas tecnologias são testadas no Iraque.

A vigilância, como lembra a pesquisadora, não está somente nos aparatos que o governo utiliza como câmeras, reconhecimento facial, controle de fronteiras, mas também se faz presentes nos circuitos do entretenimento como em reality show em que pessoas comuns são vigiadas 24 horas por dia ou em programas que acompanham transformações na vida de pessoas anônimas e do prazer nas redes sociais em que o compartilhamento de informações é feito, em vídeos na internet em que pessoas relatam o seu cotidiano, em aplicativos de comunicação e de saúde, a vigilância não está presente de uma maneira desconfortável, mas de um jeito prazeroso e libidinoso.

Quando Tim Berns Lee criou os protocolos que possibilitaram a criação da internet ele não cobrou nada ou reivindicou royalties. A web foi disponibilizada de maneira gratuita, pois na visão de seu criar o acesso à web é um direito humano. Mesmo o acesso à internet sendo gratuito nunca foi visto como algo negativo pelos agentes econômicos. Esses agentes se moldaram a essa estrutura conseguindo de outras maneiras lucrar com o fluxo constantes de informações e dados, para o usuário o gratuito sai caro.

2.6 A vigilância da internet e o setor privado

Como já foi falado, a vigilância da internet feita pelos governos tem grande colaboração do setor no âmbito tecnológico e logístico com diversos produtos oferecidos para órgãos de investigação e de inteligência. A coleta de dados tem gerado grandes lucros para as empresas que atuam no setor. Diariamente os usuários produzem centenas de milhões de dados armazenados em grandes big datas.

Para o pesquisador e ativista Ronaldo Lemos, está cada vez mais difícil fugir da internet, pois a internet está cada vez mais presente em atividades do nosso cotidiano não permitindo que os usuários fiquem desconectados. A questão da privacidade se torna essencial no debate público e da sociedade civil que acompanha o ritmo de comunicação cada vez maior.

Por toda internet que navegamos tropeçamos por convenções, diretrizes, política de dados e termos que determinam como interagimos em determinado espaço na internet. Os usuários têm que concordar com os requisitos dos sites para poderem continuar a utilizar os serviços desses sites. Nessas políticas

de dados e termos está escrito como os sites coletam e armazenam os dados de seus usuários.

A utilização dos dados varia conforme o serviço oferecido pelo site ou rede social, mas o monitoramento das atividades de seus usuários é feito pela grande maioria dos sites e redes sociais. Muitos sites possuem seus big datas controlando uma grande fatia da internet e do fluxo de informações. A informação vira a chave para o controle e manejar o fluxo e a direção que a internet toma.

O mercado de dados está cada vez mais lucrativo tanto que no final de 2012 a empresa de tecnologia Dell.inc adquiriu a empresa EMC especializada em armazenamento de dados por 67 bilhões de dólares. Outros sites como o Google e Facebook possuem milhões de dados e valem bilhões de dólares de dados.

Em muitos países se discute legislações com o intuito de regulamentar o fluxo de informações na internet, por pressões de associações ligadas à indústria fonográfica e cinematográfica que argumentam a perda contínua de receitas devido à pirataria, leis como o PIPA e SOPA, ou até leis como na França que tiram o acesso a servidores de usuários que baixam arquivos piratas.

Todo usuário deve estar atento aos termos e política de dados e privacidade que concorda ao longo de sua navegação pela internet para se manter informado do tratamento e destino de seus dados. A rede social americana Facebook, em seus termos, proíbe publicações que contenham pornografia e mensagens de ódio. Em sua política de dados o Facebook coloca quais dos nossos dados serão coletados e armazenados e quais informações ele possui de seus usuários, em sua política de dados ele afirma:

Coletamos o conteúdo e outras informações transmitidas por você quando usa nossos serviços, incluindo quando se cadastra em uma conta, cria ou compartilha conteúdos, envia mensagens ou se comunica com os outros. Isso pode incluir informações presentes no conteúdo ou a respeito dele, como a localização de uma foto ou a data que em determinado arquivo foi criado. Também coletamos informações sobre como você usa nossos serviços, por exemplo, os tipos de conteúdo que você vê ou com que se envolve e a frequência ou duração de suas atividades .

Ao longo do dia os usuários postam em sua “timeline” com diversas informações que são transformadas em públicas para conforme as configurações de privacidade de cada usuário escolher. Muitas das publicações podem ser vistas por

milhares de usuários. Para o Comitê Gestor da Internet (CGI) brasileiro devemos tomar cuidado com o que colocamos nas redes sociais para não termos nossa privacidade prejudicada ou o roubo de identidade.

O debate sobre a privacidade ultrapassa as redes sociais. Por questões técnicas da estrutura da internet nossos passos podem ser rastreados e levar à nossa identificação e localização. Ferramentas e programas que garantem uma maior privacidade não são usados pela maior parte dos usuários, como o programa TOR (The Onion Router) ou a criptografia.

O pesquisador Sergio Amadeu e o ativista Julian Assange argumentam que a vigilância dos governos só é possibilitada porque as empresas do setor privado também coletam os dados de milhões de usuários. Parte dos documentos vazados por Snowden mostram como o governo americano teve a colaboração de empresas americanas na coleta de dados, que poderia ser através de solicitações com ordem judicial ou não, que nunca eram contestadas, ou através de backdoors (porta dos fundos) introduzidos nos sistemas dos sites ou softwares que do acesso aos dados de milhões de usuários para agências de inteligências americanas e aliadas.

No debate em torno da privacidade na internet dos usuários está a questão da criptografia, método utilizado por governos para proteger suas comunicações, por corporações financeiras para protegerem suas transações monetárias, por ativistas e hackers, e ativistas de direitos humanos em países com governos autoritários.

A origem da criptografia vem antes da internet, vem de milhares de anos sendo utilizados por nações e reis. O início da criptografia veio da contribuição de estudiosos do Ocidente e teólogos que estudavam o islamismo. Durante séculos criptógrafos e analistas lutavam para quebrar mensagens e criar códigos de criptografia cada vez mais fortes ao ponto de não serem quebrados.

Durante a Segunda Guerra Mundial o regime nazista utilizava uma máquina chamada Enigma para se comunicar com seus comandos que ocupavam parte da Europa que a cada dia trocava seu código tornando seu segredo quase inquebrável. O serviço de inteligência do Exército Britânico conseguiu uma das máquinas Enigma e um grupo de matemáticos e criptográficos liderados por Alan Turing conseguiram

quebrar o código do Enigma, que teve uma grande contribuição para a vitória dos Aliados na segunda guerra mundial.

Durante a Guerra Fria, que antagonizou os Estados Unidos e a União Soviética, a criptografia foi amplamente utilizada pelo governo americano, que proibia que a sociedade civil utilizasse e desenvolvesse novos métodos de criptografia alegando motivos de segurança nacional. Com o fim da guerra, diversos movimentos da sociedade civil travaram uma batalha jurídica com o governo americano para terem o direito de utilizar em suas comunicações a criptografia. Hoje a criptografia é amplamente utilizada e desenvolvida por diferentes setores da sociedade civil, como grupos de direitos humanos.

A NSA e sua equivalente britânica se dedicam a criar métodos de criptografia cada vez mais fortes e criam mecanismos tecnológicos para quebrar os códigos de criptografia.

O site WikiLeaks utiliza a criptografia para manter e proteger o anonimato dos indivíduos que mandam documentos para o site. Os integrantes do site garantem que seus computadores têm criptografia de alto nível, pois governos como o dos Estados Unidos possuem tecnologia suficiente para quebrar alguns níveis de criptografia. Para o ativista do Wikileaks devemos estar atentos para que nós controlemos a máquina, e não o contrário.

2.7 Marco civil da internet e lei geral dos dados

A internet foi criada e programada através de suas camadas e redes. Não existe uma central de toda a internet. As diferentes redes e sites da web são conectados através dos protocolos, como foi colocado no capítulo anterior. Foi demonstrado como cada computador se conecta através de um IP (Internet Protocol).

A própria estrutura que a internet foi criada não permite que um único agente econômico ou político domine ou controle toda a internet, mas ao mesmo tempo facilita que os mesmo agentes controlem ou consigam rastrear os passos de determinado usuário.

Dentro da comunidade da internet que é composta por ativistas, movimentos sociais, empresas de comunicação ou usuários, a questão envolvendo uma regulamentação gera debates e opiniões antagônicas sobre a real necessidade de uma regulamentação e como ela deve ser feita. Para muitos ativistas qualquer tentativa nesse sentido é um risco à liberdade de expressão e aos princípios que a internet foi criada.

John Perry Barlow foi um dos fundadores da ONG da Eletronic Frontier Foundation que tem como polo fundamental de ação a defesa da liberdade de expressão na comunicação. Em 1996 nos Estados Unidos foi aprovada a lei de comunicações que visava regulamentar a internet. Entre os artigos da lei estava um artigo que regulamentava a obscenidade na internet. Alguns artigos da lei de comunicação foram considerados inconstitucionais pela Suprema Corte Americana, outros artigos permaneceram como os que protegem os servidores de responsabilidades diante o conteúdo divulgado pelos seus usuários. Em resposta à aprovação, Barlow escreveu “ A declaration of the Independence of Cyberspace”²⁷.

No manifesto, Barlow critica a tentativa dos governos de tentar regulamentar o ciberespaço, principalmente o governo americano pela aprovação da lei de comunicação que segundo ele é uma traição aos princípios dos federalistas americanos e da constituição dos Estados Unidos.

Para Barlow, “seus conceitos legais sobre propriedade, expressão, identidade, movimento e contexto não se aplicam a nós. Eles são baseados na matéria. Não há nenhuma matéria aqui.” O ativista ainda lembra que os governos apontam problemas para justificar a criação de leis, mas a própria comunidade da internet vai conseguir identificar e resolvê-los.

Ainda nos anos 90, do outro lado do espectro sobre a necessidade de regulamentação, Lawrence Lessing discordou de Barlow com o argumento que devemos observar como a internet é disponibilizada e que a regulamentação tem quatro pontas além dos governos com suas normas jurídicas: o poder econômico, as restrições sociais e a própria arquitetura da internet que com sua tecnologia pode moldar os comportamentos dos usuários.

²⁷ <https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence> acesso: 08/05/2018.

2.7.1 A elaboração

Em 1999 o congressista brasileiro Luiz Piauylino (PSDB) apresentou o PL 84/99, que tinha como intenção a criminalização e a imposição de penas para o chamado cibercrime como a atividade hacker, cracker, ou invasão e vandalismo de páginas da web. A lei posteriormente sofreu uma emenda do deputado Eduardo Azeredo. Criticada por ativistas e movimentos sociais classificando o projeto como uma ameaça à liberdade de expressão.

O projeto de lei ficou apelidado como Lei Azeredo em referência ao deputado. Segundo reportagem²⁸ do site TechTudo, caso a lei fosse aprovada a transferência de informações de um cd para outro dispositivo seria considerada crime com pena de prisão. A lei também previa a punição para a invasão de sites com interesse público com a intenção de derrubar o serviço. Coletivos como o Anonymous que invadem os servidores de sites poderiam ser punido através dessa lei.

A comunidade da internet quase como um todo considerou o projeto de lei autoritário. A proposta de lei ficou parada vários anos no congresso brasileiro sendo incorporados por outros projetos. Muitos movimentos sociais e ativistas preocupados com leis sendo propostas e ameaçando o funcionamento pleno da internet no Brasil levantaram a necessidade de um projeto que regulamentasse a internet com a participação dos diversos setores interessados.

Em 2009, com o apoio do governo federal, um grupo foi formado para a elaboração de uma proposta. No site do Ministério da Justiça foi disponibilizado um portal para que qualquer interessado colocasse a sua contribuição. Em duas etapas cerca de dois mil comentários e sugestões foram feitos, além de audiências públicas e de comissões no Congresso onde o projeto foi discutido. Ronaldo Lemos, um dos envolvidos na iniciativa, ressaltou o pioneirismo na elaboração do marco civil da internet brasileira que foi discutido na internet e uma participação multi setorial.

Movimentos sociais como o Intervezes, Artigo 19 e Ativistas ressaltaram a importância do projeto na defesa da liberdade de expressão, da privacidade e principalmente da defesa da neutralidade da internet. O criador da web, Tim Berns Lee, elogiou o projeto brasileiro afirmando a necessidade de proteger uma internet

²⁸ <https://www.tecmundo.com.br/ciencia/18357-conheca-a-lei-azeredo-o-sopa-brasileiro.htm> acesso em 23 de janeiro de 2018.

livre e o vanguardismo dos brasileiros no debate em defesa da privacidade dos usuários e uma internet neutra.

Para o pesquisador e membro do comitê gestor da internet, Demi Getschko, o Marco Civil protege a internet dos projetos e intenções de modificações que seriam uma ameaça e prejuízo para a rede aberta. Esse projeto, para o pesquisador é um dos mais avançados do mundo.

O projeto começou a ser elaborado em 2009, mas somente cinco anos depois foi aprovado pelo Congresso brasileiro. Entre as dificuldades que o projeto enfrentou esteve a tentativa das empresas de comunicações de relativizar os artigos que tratam sobre a neutralidade. A discussão sobre a exigência do governo para que fosse criado um artigo obrigando empresas da internet que atuam no Brasil a manter dados de brasileiros em território nacional foi amplamente rejeita pelos riscos que poderiam trazer para a privacidade dos usuários e pela inviabilidade técnica.

Outra dificuldade que o projeto enfrentou foi a mudança de governo. Com o início do governo de Dilma Rousseff novos ministros da Justiça e Cultura, o Ministério da Cultura mostrou uma insatisfação com os artigos que tratam sobre a retirada de conteúdo, com o argumento que o marco civil dificultava a retirada de conteúdos que infringem os direitos autorais.

O Marco Civil da internet no Brasil coloca em pauta assuntos que garantem uma segurança jurídica para os usuários e empresas da internet brasileiras. Alguns artigos do marco regulamentam questões como retirada de conteúdos, privacidade e neutralidade da internet. O Facebook poderia somente retirar conteúdos depois de uma decisão judicial, quando uma pessoa pública ou um político pressiona pela retirada de um conteúdo que supostamente ofenda a honra. O 18º artigo protege redes digitais como o Facebook que podem retirar o conteúdo somente após uma ordem judicial.

Outros artigos do marco civil da internet tratam sobre a questão da privacidade. Esses artigos são importantes para usuários de redes digitais como o Facebook que utilizam de algoritmos e softwares para a captação de todas as atividades dos usuários. Para o Facebook julgar o que vai ser retirado ou não a rede social precisa saber o que seus usuários publicam.

Outro tema contemplado no marco civil da internet é a neutralidade da internet. Esse princípio de suma importância à internet foi importante para o Facebook ter o rápido crescimento que teve tendo o mesmo tratamento que sites com grande acesso à época de seu lançamento. Quando o Facebook retira um conteúdo publicado por um usuário ele fere a neutralidade da internet.

2.7.2 Marco Civil da Internet e a neutralidade da internet

Um dos pontos mais importantes do projeto é a defesa da neutralidade da internet, no nono artigo:

O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem ou destino, serviço, terminal ou aplicação (Marco Civil da internet).

O primeiro inciso do artigo coloca a neutralidade da internet significa que qualquer pacote de dados deverá ter isonomia sem a distinção pelo conteúdo, pela origem ou destino, serviço, terminal ou aplicação. Além do tratamento igualitário a neutralidade é um dos princípios que tornou a internet como ela é, aberta e descentralizada. Deve-se ressaltar que sem uma web neutra sites e redes sociais como Amazon ou Facebook teriam muito dificuldade para ter o crescimento rápido e astronômico.

O especialista americano em direito Tim Wu foi o primeiro a utilizar o termo neutralidade da internet. Para ele uma internet neutra é um aspecto fundamental para a liberdade de expressão. Sem a neutralidade um servidor pode diminuir a velocidade de um determinado site dificultando o acesso pelos usuários.

Na redação final do Marco civil da Internet a preferência de tratamento de determinados pacotes de dados é permitida desde que seja para garantir a qualidade dos serviços ou manter a operação desde que explicitado de maneira clara para o usuário. Esse ponto foi criticado por ativistas e pesquisadores pelo entendimento que o artigo pode abrir uma brecha para que empresas não respeitem a neutralidade da internet.

No dia 14 de dezembro de 2017 a Comissão Federal de Comunicação dos Estados Unidos decidiu que a neutralidade não precisa ser seguida pelas empresas que atuam no setor. A decisão da comissão gerou críticas de ativistas, pesquisadores e empresas do setor.

Em 2014, quando a mesma comissão americana deu uma decisão favorável à neutralidade da internet, a empresa Netflix era uma defensora de peso em favor de regulamentações da neutralidade da internet. Após três anos a empresa se consolidou como uma das maiores empresas de streaming da internet tendo só nos Estados Unidos 53 milhões de usuários. O fim da neutralidade não seria prejudicial para a empresa.

Para o pesquisador Sergio Amadeu as consequências dessa decisão da comissão americana podem afetar a inovação na internet e reabrir o debate sobre a neutralidade na internet no Brasil, que está garantida pelo Marco Civil da internet brasileiro. Empresas do setor podem começar a fazer um lobby agressivo no congresso para que o marco civil seja alterado.

Sites ou redes sociais conhecidos, como Facebook e Amazon, foram beneficiados pela neutralidade da internet. Sem esse princípio esses sites teriam dificuldades em suas ascensões meteóricas, pois no começo o Facebook era uma rede social que começou em uma universidade de elite dos Estados Unidos. Os aplicativos que são criados principalmente para os celulares também são os maiores beneficiados desse princípio.

Com o fim da neutralidade, a internet poderia se assemelhar com os planos de tv à cabo. As empresas poderiam cobrar de seus clientes diferentes planos de velocidade e acesso, cobrar mais caro para que os usuários tenham acesso as redes sociais. Uma outra preocupação estaria no fato que as empresas desacelerariam o acesso a sites concorrentes, esse processo poderia acabar em censura contra um site ou blog político.

O fim da neutralidade da internet seria prejudicial ao usuário brasileiro, pois uma parte considerável da população brasileira não tem acesso à internet. O acesso internet no Brasil é feito de muitas maneiras e muitos usuários têm um acesso precário. O documentário Freenet mostra esse cenário em que muitos brasileiros têm dificuldade em acessar a internet no Brasil e em outros países.

2.7.3 O Marco Civil da Internet e a privacidade

Como já foram citadas as revelações de Edward Snowden sobre os programas de vigilância da NSA, que mostraram que o governo americano vigia a internet e quebrou o sigilo das comunicações da primeira ministra alemã Angel Merkel e a então presidente Dilma Rousseff, da Petrobrás e do Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro, o governo apoiou e considerou o projeto do marco civil da internet como de alta prioridade como uma das respostas as revelações de espionagem.

Um dos tópicos principais do Marco Civil da Internet está no quesito sobre a privacidade dos usuários. Muito foi discutido como a necessidade das empresas que atuam no Brasil armazenarem os dados de usuários brasileiros em território brasileiro. Essa discussão foi uma das mais debatidas durante o processo de elaboração e aprovação do projeto.

Todo site ou rede social que acessamos tem em seus big datas dados armazenados sobre os seus usuários, que podem ser desde seus dados pessoais e financeiros ou toda a sua atividade, desde o site ou rede social (que foto eu curti ou acessei, que sites eu acessei entre outras coisas). O debate estaria em que momento os provedores de serviço podem ter acesso a esses dados e como eles podem usar e principalmente quando os governos e de que maneira podem ter acesso aos dados dos usuários.

No 13º artigo o Marco Civil regulamenta sobre a guarda de registro e conexão, segundo a lei:

Na provisão de conexão a internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de um ano, nos termos do regulamento. (13º artigo do marco da internet).

Ao longo do décimo terceiro artigo os incisos subscrevem como deve ser esse armazenamento, como a necessidade de o provedor de conexão não transferir a responsabilidade de terceiros pela manutenção dos registros de conexão. No segundo inciso determina que uma autoridade policial, administrativa ou de Ministério Público que os provedores guardem por mais tempo os registro de

conexão de determinado usuário desde que segundo o terceiro inciso a autoridade terá que um prazo de no máximo sessenta dias para entrar com um pedido judicial para obter acesso aos registros, à necessidade de uma ordem judicial para o acesso aos dados dos usuários por uma autoridade protege os usuários contra os abusos de autoridade.

Muitos movimentos sociais e ativistas criticaram na redação final os 13º e 15º artigos considerando que esses artigos violam e ameaçam a privacidade da internet. Em uma nota divulgada pelo Partido Pirata do Brasil, o 15º artigo é um insulto ao projeto inicial do Marco Civil da internet. Um dos pontos principais da crítica do partido está na necessidade dos provedores guardarem por um prazo de seis meses os dados de conexão e citam uma decisão da União Europeia de 2006 que criou uma diretriz que julgou inválida a retenção de dados.

2.7.4 O Marco Civil da internet e a retirada de conteúdo

O 18º artigo determina que o provedor de conexão não seja responsabilizado por conteúdo gerado por terceiros. Isso pode significar que sites de buscas como o Google não podem ser responsabilizados por um site de conteúdo racista ou homofóbico, e sim o autor do respectivo site. O 19º artigo estabelece que para assegurar a liberdade de expressão o provedor só será responsabilizado pelo conteúdo de terceiro após a uma decisão judicial que determine a retirada de conteúdo.

Em um parágrafo único, o Marco Civil determina que o usuário que tenha um conteúdo retirado tenha o direito de defesa e que no lugar de um conteúdo retirado esteja uma explicação para os usuários dos motivos da retirada de conteúdo.

Com a internet e as redes sociais devemos tomar cuidado com os nossos dados e privacidade. Um dos problemas que a internet e as redes sociais podem trazer é a exposição de determinada pessoa com consequências profissionais e pessoais. Um desses novos fenômenos é a *revenge porn* ou vingança pornográfica que se caracteriza quando um ex-parceiro divulga fotos ou vídeos íntimos na internet ou nas redes sociais. As principais vítimas dessa modalidade são as mulheres, nesse assunto o Marco Civil da internet é taxativo no 21º artigo.

“ O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação

da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.” (Marco Civil da internet)

O 22º artigo estabelece que a parte prejudicada ou responsável possa como parte do processo judicial requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda dos registros de conexão sem prejuízos dos demais requisitos legais. para segundo os incisos do artigo, no primeiro inciso “fundados indícios da ocorrência do ilícito” no segundo inciso “justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória” e no terceiro inciso “período ao qual se referem os registros”, no artigo seguinte determina que o juiz da ação as providências necessárias para a garantia dos sigilos das informações, a preservação da intimidade e da vida privada.

Quando o Marco Civil da internet regulamenta a retirada de conteúdo ele protege usuários, provedores de conexão e redes sociais contra a censura. O Marco Civil coloca uma garantia judicial para que redes sociais como o Facebook mantenha conteúdo em que ele esteja sendo pressionado a retirar como páginas que criticam determinados políticos ou governos.

Em 2007, a apresentadora de televisão Daniela Cicarelli junto com seu namorado estava passando férias em uma praia. Um repórter conhecido como paparazzi filmou os dois namorando dentro do mar. O vídeo foi parar na plataforma americana de vídeo YouTube e logo se tornou viral. Em um processo movido pelo casal o juiz determinou a retirada do ar da plataforma no Brasil decisão que posteriormente foi revogada. Se o Marco Civil estivesse em vigor na época não teria sido determinada a retirada, pois prejudicou o acesso dos usuários à plataforma de vídeos.

Em duas decisões juízes brasileiros determinaram a suspensão do aplicativo de comunicação WhatsApp devido à recusa do aplicativo em fornecer dados de usuários para investigações em progresso após decisão judicial. Em uma das decisões de bloqueio, a juíza Daniela Barbosa de Souza, da 2º Vara Criminal da Comarca de Duque de Caxias, decidiu bloquear o serviço do aplicativo de comunicação diante da recusa na divulgação de informações para investigações criminais. Na decisão ela escreve: “A ordem judicial não foi cumprida, apesar de reiterada por três vezes, ensejando, assim, a adoção das medidas coercitivas determinadas por este juízo”.

Nas duas ocasiões em que decisões judiciais bloquearam o acesso ao WhatsApp, as operadoras telefônicas cumpriram a medida judicial. Em todos os bloqueios a empresa recorreu e conseguiu restabelecer o serviço para os usuários brasileiros. Em todas essas ocasiões houve usuários que culpam o marco civil da internet pelo bloqueio do aplicativo de comunicação.

Mas para alguns especialistas o bloqueio do aplicativo desrespeita o Marco Civil da internet. Em reportagem²⁹ do site Agência Brasil, o especialista em Direito Digital, Maurício Brum Esteves argumenta que no artigo 15 do Marco Civil há a determinação do armazenamento dos dados de conexão como data, hora e o IP do dispositivo, e não o seu conteúdo.

Em artigo³⁰ para o portal Justificando, o advogado Luís Fernando Prado Chaves argumenta que o marco civil da internet não permite em nenhum artigo o bloqueio de serviços de comunicação e que a medida judicial de interromper o WhatsApp foi desproporcional. Vale lembrar que o marco civil protege a neutralidade da rede não permitindo que um serviço de conexão diminua ou bloqueie um aplicativo.

O advogado ainda lembra que o marco civil da internet brasileira é considerado um exemplo de legislação para especialistas de vários países nos

²⁹ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/bloqueio-de-whatsapp-viola-marco-civil-da-internet-diz-especialista> 02 de maio de 2016

³⁰ <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/282789848/o-marco-civil-da-internet-autoriza-o-bloqueio-de-aplicativos> acesso em 17 de janeiro de 2018

assuntos de defesa da neutralidade da internet, privacidade e liberdade de expressão e que devemos nos orgulhar desse projeto e não rejeitá-lo.

2.8 A Lei geral de dados

Como já foi colocado nessa pesquisa a internet está cada vez mais presente em nossas vidas. Muitos dos aplicativos que utilizamos durante o dia utilizam diferentes ferramentas como os cookies e os algoritmos. Diante desse cenário crescem em vários setores da sociedade civil mobilizações para que o congresso discuta e aprove uma lei geral de dados.

O Comitê Gestor da Internet no ano de 2017 promoveu um encontro com pesquisadores, legisladores, especialistas e representantes do setor privado para um debate em torno da questão dos dados e qual seria um projeto ideal que seja profícuo para os diferentes atores.

Em 25 de maio de 2018 entrou em vigor a GDPR (Regulamentação Geral de Proteção de Dados) nos países membros da União Europeia. Segundo essa nova regulamentação todas as empresas ou organizações que queiram atuar devem ter novas regras. O principal artigo dessa nova regulamentação é a obrigação do serviço colocar de maneira clara como coleta os dados de seus usuários.

A lei europeia ainda abrange outros pontos importantes para o usuário, como o domínio sobre os dados que são produzidos. Todo usuário com a nova lei tem o direito ao acesso aos dados que são produzidos ou pedir a imediata interrupção da coleta de dados, assim como a obrigação de as organizações de protegerem os dados e a obrigação da empresa avisar em 72 horas caso haja vazamentos como no site americano de relacionamento Ashley Madison.

No Brasil, pesquisadores, ativistas e empresas do setor discutem uma legislação e regulamentação para os dados. No Congresso brasileiro está em tramitação o projeto da lei geral de dados datado de 2012 que tem como relator o deputado Milton Monti. Nesse projeto tem como pauta a proteção dos dados pessoais em território brasileiro.

3. Facebook e Censura

3.1 Eletronic Frontier Foundation

A militância da organização americana EFF (Eletronic Frontier Foundation), que milita pela liberdade de expressão, está principalmente em combater e denunciar leis ou governos que atentem contra a livre circulação de informação e livre acesso dos usuários. Pela privacidade dos usuários e contra a vigilância em massa feita pelo setor privado e por governos, em seu site³¹ a organização coloca que trabalha para criar um ambiente digital em que os direitos humanos e constitucionais estejam garantidos.

A organização americana tem sua sede na cidade de San Francisco. Surgiu praticamente junto com a web nos anos 90 tendo como principais fundadores Mitch Kapor, John Perry Barlow e John Gilmore. A fundação ocorreu após ações do governo americano que foram consideradas avessas aos direitos constitucionais dos alvos dessas ações. Uma dessas ações foi a operação Sundevil, que foi liderada pela CIA (Central Intelligence of America), que tinha como alvo a atividade hacker. Em uma ação dessa operação a empresa Steve Jackson Games teve todos os seus computadores apreendidos. Esse evento deu origem à disputa judicial Steve Jackson Games *versus* United States Secret Service.

O serviço secreto americano estava investigando e tomando diversas ações para investigar a invasão de um computador da BellSouth que continha um documento explicando como funcionava o serviço de emergência conhecido como E99. Esse documento foi roubado e estava sendo distribuído na internet. Autoridades americanas temiam que uma invasão do serviço os impossibilitasse e colocasse vidas em perigo.

O serviço secreto americano conseguiu um mandado de busca contra a Steve Jackson Games. Como já foi colocado teve todos os seus computadores apreendidos e o proprietário Steve Jackson teve que dispensar quase metade de seus funcionários e teve prejuízos. Quando seus computadores foram devolvidos e

³¹ <https://www.eff.org/> acesso 08 de maio de 2018

sem nenhuma acusação formal percebeu-se que informações pessoais como a comunicação dos funcionários havia sido violada.

Steve Jackson, acreditando que seus direitos civis tinham sido desrespeitados, procurou grupos que lutam pelas liberdades civis, mas não encontrou um que entendesse a linguagem dos meios digitais, acabou posteriormente encontrando Mitch Kapor, John Perry Barlow e John Gilmore para fundar a EFF para lutar pelas liberdades civis nos meios digitais. A primeira ação foi o processo contra o serviço secreto americano.

A Eletronic Frontier Foundation se envolveu em outros casos relacionados a liberdades civis e o ciberespaço. Um desses casos foi o Bernstein vs US Dept of Justice. Bernstein era um estudante de matemática da Universidade da Califórnia que foi proibido pelo governo americano de publicar em um site um programa de criptografia. Esse tipo de programa ainda era considerado um arma e qualquer desenvolvimento deveria ter a permissão dos órgãos de segurança.

O processo movido por Dan Stein com a ajuda da EFF decidiu que o direito a ter comunicações com criptografia e um código de software estava protegido pela primeira emenda da constituição americana. Todas as empresas de comércio eletrônico, sites de banco ou sites de relacionamento utilizam a criptografia para proteger suas comunicações.

3.2 EFF e Censura

Uma das frentes em que a organização atua é contra a censura na internet feita por organizações privadas e governos. A censura pode ocorrer de diversas maneiras como, por exemplo, na retirada de conteúdos por sites e redes digitais como o Facebook, ou por governos que criam leis e regulamentações para censurar a oposição.

Nesse capítulo se pretende analisar casos de censura da rede social americana Facebook levantadas pela EFF. Os casos foram levantados através de pesquisas com palavras chaves como “ censorship” e “ Facebook”. Os casos de censura encontrados nessa pesquisa vão desde 2009 a 2017, uma das dificuldades nessa pesquisa é ter uma dimensão do fenômeno.

Não há uma pesquisa ou levantamento sobre a quantidade de conteúdos retirados pelo Facebook que podem ser considerados como censura. Pressionado depois de escândalos envolvendo a privacidade de seus usuários, o Facebook divulgou que apagou 583 milhões de contas falsas, 21 milhões de fotos foram apagadas devido a conteúdos ligados a nudez ou contexto sexual sendo que 96% dessas imagens foram identificadas pela própria empresa. Outros dados divulgados são que 3,5 milhões de fotos retiradas continham material com violência e 2,5 milhões de mensagens com discurso de ódio.

Após a pesquisa feita no site da EFF foram encontrados vinte casos com o tema relacionando o Facebook a casos de censura. Os casos de censura variam desde jornalistas censurados por divulgarem documentos de escândalos de corrupção envolvendo políticos ou que mostraram as mensagens racistas que recebeu ou uma campanha contra o câncer de mama que acabou sendo censurada. Durante a pesquisa foi encontrada a iniciativa [Onlinecensorship.org](https://onlinecensorship.org/)³² feita pela EFF em parceria com a Visualizing Impact.

A iniciativa tem como principais realizadores a ativista da EFF Jillian York e Ramzi Jaber da Visualizing Impact, a principal motivação dos ativistas para iniciar essa iniciativa foi perceber que muitas das publicações de seus amigos nas redes sociais como o Facebook estavam desaparecendo sem uma explicação plausível. A iniciativa recebe usuários com casos de censura ocorridos nas redes sociais na internet para entender o mecanismo e o contexto dessas censuras. Um dos dados apontados é que a maioria dos casos analisados vem dos Estados Unidos.

3.3 Casos de censura do Facebook e a EFF

Por muitas vezes redes sociais como o Facebook acabam aceitando retirar conteúdos em muitos países devido a ordens judiciais, mas em muito casos devido às leis que promovem censura, a oposição política ou as minorias em países como Índia e Turquia, no artigo “ Why Facebook Failed our censorship test”³³ assinado por Dave Mass no site da organização Eletronic Frontier Frontier Foundation fala sobre os conteúdos retirados pelo Facebook a pedidos dos governos, na sessão “

³² <https://onlinecensorship.org/#> acesso em 26 de maio de 2018

³³ <https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2015/06/why-facebook-failed-our-censorship-test> acesso em 24 de maio de 2018.

Government Request Report”³⁴ é possível ter acesso as estatísticas a pedido do governo turco ou 5.832 vezes a pedidos do governo da Índia.

Em outro documento da organização, “Facebook Caves to Turkish Government Censorship”³⁵, assinado por Eva Galperin, mostra que o governo turco pressiona redes sociais a retirarem conteúdos com leis que desrespeitam a liberdade de expressão. Algumas redes sociais como o Twitter e YouTube estão bloqueadas na Turquia. O Facebook retira os conteúdos a pedido do governo com receio para que não seja bloqueado também.

No relatório “Facebook wrestles with holocausto denial groups”³⁶ a EFF mostra como a rede social americana de Mark Zuckerberg lida com o dilema de retirar ou não grupos que negam o holocausto. Durante a Segunda Guerra Mundial, algumas organizações judaicas argumentam que esses grupos são antissemitas e propagam o ódio e pedem que o Facebook retire essas páginas. O relatório disponibiliza um link para a reportagem³⁷ do portal de notícias Chron, escrita pelo jornalista Corilyn Shropshire. Demonstra como o Facebook está perdido nessa questão. A reportagem mostra que muitos desses grupos de discussão que negam o holocausto foram retirados da rede social como “ Holocaust is a Holofoax” e “ Based on Facts... there was no Holocaust” depois que os blogueiros Brian Cuban e Michael Arrington fizeram uma campanha contra a presença dessas páginas na rede social.

Esses grupos de discussão foram retirados depois da campanha dos blogueiros que não concordam com a presença de negadores do Holocausto no Facebook. Mas podemos também citar o terceiro artigo dos termos que proíbem publicações com discurso de ódio. Muitos desses grupos contém usuários abertamente antissemitas ou de extrema direita. Para Jennifer Granick, da Eletronic Frontier Foundation, essa discussão da presença desses grupos deve se manter aberta e a retirada dessas páginas não desfaz o atrativo que elas têm ou o poder de

³⁴ <https://transparency.facebook.com/> acesso 24 de maio de 2018.

³⁵ <https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2015/01/facebook-caves-turkish-government-censorship> acesso em 24 de maio de 2018

³⁶ <https://www.eff.org/press/mentions/2009/5/14-4> acesso em 08 de junho de 2018

³⁷ <https://www.chron.com/life/houston-belief/article/Deniers-of-Holocaust-tap-Facebook-to-spread-1749168.php> acesso em 11 de maio de 2018

persuasão. O blogueiro Brian Cuban discorda dessa opinião e advoga pela remoção desses grupos.

Na esteira desse debate o blogueiro escreveu uma carta aberta em seu blog³⁸ para o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, em que ele argumenta que a rede social não deveria ficar determinando quem odeia ou não judeus. Para ele todos esses grupos deveriam ir embora da rede social. A reportagem ainda cita o ativista de direitos humanos Abraham Cooper que mapeou grupos que promovem o discurso de ódio. Ele coloca que as páginas que promovem o holocausto são projetadas para atrair jovens. E, para ele, promover a negação do holocausto é promover o ódio.

Ainda na carta aberta para Mark Zuckerberg o blogueiro argumenta que:

O movimento de negação do holocausto não é nada mais que um pretexto para permitir a pregação de ódio contra os judeus e recrutar outras mentes para fazer o mesmo. Permitir que esses grupos floresçam no Facebook sob o guia de uma “ discussão aberta” é nada mais que ajudar a mensagens deles de ódio. É esse tipo de discussão aberta que o Facebook quer incentivar? É nesse lugar que você quer delimitar³⁹.

Ainda na carta aberta para o presidente do Facebook o escritor cita um trecho da entrevista⁴⁰ para a rede de notícias americana CNN, do porta voz Barry Schnitt, em que argumenta que a decisão de retirar os grupos que negam o holocausto é difícil e tem gerado um debate interno, e que o desejo é que a rede social seja um espaço para a propagação de diferentes ideias mesmo aquelas com uma natureza controversa. Brian Cuban pede por mais transparência e questionou o que seria um debate interno no Facebook, quem estava envolvido nesse debate questiona o escritor.

Essa remoção de grupos que negam o Holocausto do Facebook que foi levantada pela Eletronic Frontier Foundation em um de seus relatórios demonstra que a rede social americana está perdida em relação a esses grupos. Mas em nenhum momento a EFF afirma que houve censura por parte da rede social e coloca

³⁸ <http://www.briancuban.com/blog/open-letter-to-facebook-ceo-mark-zuckerberg/> acesso em 11 de maio de 2018

³⁹ Idem

⁴⁰ <http://edition.cnn.com/2009/TECH/05/08/facebook.holocaust.denial/index.html> acesso em 11 de maio de 2018

que um debate sobre o assunto deve ser aberto e transparente por que em alguns países negar o holocausto é crime.

A rede social, segundo a reportagem, também se mostra contraditória quando o assunto é imigração e imigrantes. Uma página ou usuário não pode incitar violência contra os imigrantes ou relacioná-los a aumento de crimes. Mas páginas contra imigração são permitidas. Essa questão de retirar ou não comunidades que negam o holocausto demonstra as contradições que a rede social americana enfrenta quando se coloca no papel de mediador diante dos conteúdos publicados pelos seus usuários. Nesse caso em específico não há censura porque em muitos países negar o holocausto é crime.

3.4 Casos de censura do Facebook nos Estados Unidos

Em 1996, nos Estados Unidos, foi aprovada a Lei de Decência. Nela, o artigo 230 isenta intermediários como o Facebook de responsabilização pelo conteúdo publicado pelo usuário. Essa lei garante uma proteção jurídica ao Facebook caso seja processado por algum usuário ou grupo social devido ao conteúdo publicado. Mesmo assim a rede social retira conteúdos seguindo suas normas causando em alguns casos acusações de censura, como no caso do movimento *Black Lives Matter*.

Como os Estados Unidos possuem uma lei que isenta intermediários como o Facebook desde 1996, os quatro casos encontrados através da pesquisa no site da EFF que aconteceram nos Estados Unidos, por entenderem que esses casos estavam protegidos pela lei de decência, e que decisões que retiraram os conteúdos poderiam ter sido contestados judicialmente por grupos políticos ou usuários.

O movimento Black Lives Matter surgiu no ano de 2013 e tem como principal foco a denúncia e combate à violência da polícia americana contra a comunidade negra. O movimento organiza protestos contra casos em que negros foram mortos pela polícia. O movimento surgiu quando um júri popular absolveu George Zimmerman pelo assassinato do jovem Trayvon Martin. Muitos ativistas de movimentos negros subiram a hashtag #Blacklivesmatter. Após esse caso surgiram outros que geraram protestos em diferentes cidades americanas.

Em uma procura pelo site da EFF por casos que envolvem censura no Facebook podemos encontrar casos em que a rede social americana foi denunciada e teve que se desculpar por censurar ativistas do Black Lives Matter. Um desses casos foi denunciado pelo ativista Shaun King que recebeu uma notificação que sua conta seria suspensa durante 24 horas por conteúdo supostamente com discurso de ódio. Ele divulgou imagens de mensagens com xingamentos e ameaças que recebeu em seu e-mail devido ao seu ativismo.

Segundo reportagem⁴¹ do periódico inglês The Guardian, o ativista e jornalista teve sua conta suspensa após divulgar imagens de e-mails que recebe com ofensas racistas devido ao seu ativismo. Para o periódico essa revogação que foi revertida horas depois mostra os padrões de comunidade não são elaborados de maneira prolífica e acaba prejudicando e censurando jornalistas e coloca que a rede social se coloca como o maior editor do mundo.

Em sua página⁴² no Twitter o ativista denunciou que tinha sua conta do Facebook suspensa por 24 horas e estava surpreso e decepcionado com o acontecimento. Ele relata que a decepção pelo fato que anteriormente a sua suspensão ele foi convidado pelo Facebook para um debate sobre seu ativismo e o Black Lives Matter, também em sua página⁴³ no Facebook ele escreveu um texto falando sobre o ocorrido e tecendo algumas críticas, ele relata que é usuário da rede social há mais de dez anos, mas que tem ouvido relato de amigos e ativistas que como ele denunciam as mensagens racistas que recebem e acabam tendo suas contas suspensas por supostamente desrespeitarem os padrões de comunidade, em determinada parte do texto ele relata:

“ Bem, acabou de acontecer comigo. Mais cedo essa manhã eu recebi um e-mail horrível. Eu postei o e-mail sem o e-mail de origem da pessoa que o enviou, então algumas horas depois fui informado que eu

⁴¹ <https://www.theguardian.com/technology/2016/sep/12/facebook-blocks-shaun-king-black-lives-matter> acesso em 11 de maio de 2018

⁴² <https://twitter.com/ShawnKing> acesso em 11 de maio de 2018.

⁴³ Pagina acessada através da reportagem do The Guardian <https://www.theguardian.com/technology/2016/sep/12/facebook-blocks-shaun-king-black-lives-matter> acesso em 11 de maio de 2018

estava banido durante 24 horas de postar qualquer coisa, por causa da minha publicação.”⁴⁴

Em outro trecho do texto ele considera toda essa situação ridícula e que a rede social precisaria ser mais inteligente e sensível em suas ações para evitar que situações como essas acontecessem. Ele termina relatando que reclamou com amigos que trabalham no Facebook que verificariam o que teria acontecido para o ativista. Em resposta a rede social disse que foi um erro e pediu desculpas pelo ocorrido e que a publicação não viola seus padrões de comunidade.

Ainda para a reportagem, do The Guardian esse episódio levanta questões não resolvidas pelo Facebook, de como ele controla as informações que são publicadas e da influência de como tem controlado e como as diferentes mídias divulgam suas notícias e como essas são consumidas pelos usuários. Outra crítica é a defesa de que o Facebook seria uma empresa de tecnologia e uma plataforma. Para o The Guardian a rede social cada vez mais se transforma uma fonte principal de notícias para os usuários e uma ferramenta importante para repórteres.

No relatório “Censorship social media 2016 review”⁴⁵, a EFF faz um levantamento de casos de censura nas redes sociais como no caso envolvendo o Facebook e o Black Lives Matter. Nessa situação foi retirado o vídeo da morte de Philano Castile. Em julho de 2016 Castile estava com sua namorada em seu carro quando foram abordados pela polícia. Mesmo informando que possuía uma arma e que tinha autorização para o porte, acabou sendo baleado e morto pelo policial. Sua namorada durante a abordagem começou a transmitir ao vivo pelo Facebook mostrando seu namorado já morto e o policial apontando a arma aos gritos falando que era para ele ter mostrado as mãos.

Após algumas horas o vídeo já tinha sido visualizado por milhões de usuários e já era assunto em todos os Estados Unidos gerando protestos contra a morte de um jovem negro por um policial branco. A controvérsia e as acusações de censura começaram quando o vídeo foi retirado do ar no início da noite da página de

⁴⁴ Idem

⁴⁵ <https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2016/12/censorship-social-media-2016-review> acesso em 12 de maio de 2018.

Diamond Reynolds, namorada da vítima, algumas horas depois foi novamente liberado para visualizações.

Através de um porta voz, o Facebook pediu desculpas por ter retirado o vídeo de circulação. A justificativa dada pela rede social foi que o vídeo teria sido retirado devido a uma falha técnica, quando o conteúdo foi restaurado junto com um aviso que o vídeo possuía material com violência que poderia ser sensível para alguns usuários, a reportagem⁴⁶ da CNN ouviu especialistas que duvidaram das justificativas pela rede social. Para Zeynep Tufekci, da Universidade do Norte da Califórnia, o vídeo foi retirado pelos moderadores, ainda para o especialista o vídeo foi liberado novamente porque já tinha ganhado atenção de milhões de pessoas e que outros vídeos com material similar não tiveram o mesmo tratamento.

Possivelmente o vídeo foi retirado pela situação de violência. Os termos que tratam sobre segurança proíbem vídeo que contenha violência. Acontece que os termos não especificam quais vídeos podem ser publicados, não especificam como o vídeo de Reynolds denuncia a violência policial.

Um outro caso⁴⁷ envolvendo censura e Estados Unidos é o caso da página Just Say Now, que defende a legalização da maconha. Em 2016 os eleitores do estado americano da Califórnia foram consultados em relação à legalização da maconha. A retirada da página do Facebook gerou um debate e uma acusação de censura por parte dos ativistas. O problema que teria causado a censura foi uma folha de maconha. Segundo um porta voz a página foi retirada do ar por fazer propaganda do tabagismo o que vai contra as políticas da comunidade.

Em resposta os editores da página argumentaram que não se trata de propaganda de tabaco e sim sobre a maconha. Contra a censura foi feito um abaixo-assinado e uma declaração ponderando que a proibição é um desrespeito à liberdade de expressão. Uma reportagem⁴⁸ do portal de notícias HuffPost ouviu o blogueiro Michael Whitney, do blog Firedoglake.com, que faz parte do Just Say Now. Ele disse que a censura prejudicou a campanha. Para ele seria como fazer uma campanha sem o rosto do candidato.

⁴⁶ <http://money.cnn.com/2016/07/07/media/facebook-live-streaming-police-shooting/> 12 de maio de 2018

⁴⁷ <https://www.eff.org/deeplinks/2010/08/facebook-should-stop-censoring-marijuana-campaign-ads> acesso em 12 de maio de 2018

⁴⁸ https://www.huffpostbrasil.com/entry/facebook-blocks-ads-for-p_n_692295 acesso em 12 de maio de 2018

Na mesma reportagem⁴⁹ relata que outras páginas foram censuradas pela publicação de uma folha de maconha. Uma dessas páginas foi a Libertarian Party, que junto ao seu símbolo tem uma imagem de uma folha maconha. Segundo os conservadores ouvidos pela reportagem, a geração atual de jovens fez o sucesso do Facebook. A maioria dos jovens encontrou um espaço de liberdade de expressão para poderem expressar a opinião sobre assuntos políticos e econômicos como a políticas de drogas.

Em uma resposta ao grupo conservador um porta voz do Facebook escreveu que qualquer anúncio sobre a maconha não é permitido por ir contra as políticas de comunidade da rede social, e que eles possuem o direito de determinar quais conteúdos e propagandas que podem ser publicados. Para a Eletronic Frontier Foundation a maneira como a rede social lida com os conteúdos publicados gera censura e pode criar jardins murados.

Para o jornalista Ryan Grim, que assina a reportagem, para a maioria dos jovens o Facebook é a principal fonte de informação. Se algum conteúdo não está na rede social o mesmo não existe. A maior parte de campanha de páginas como a Just Say Now utiliza as redes para debater assuntos como a política de drogas, a página os jovens a obterem o registro de eleitor para votarem pela legalização do uso recreativo da maconha.

Em agosto de 2015, para a semana de campanha pela amamentação, a blogueira Amy, do News Orleans Blog, publicou em sua página uma imagem de uma amamentação que foi retirada pela rede social. No texto “ Dear Facebook, you are the reason we need world breastfeeding week”⁵⁰ ela critica o Facebook pela retirada de uma das imagens da campanha.

Segundo a blogueira a imagem foi censura pela rede social por supostamente ir de encontro aos padrões de comunidade que não permite “mostrar uma quantidade excessiva de pele” ou “conteúdos sugestivos”. Em seu texto ela pergunta o que a imagem de uma amamentação teria de sugestivo. Em uma interlocução de autora e rede social o Facebook declara apoiar campanhas pela amamentação, que acha importante que as mães queiram compartilhar essa experiência, ainda segundo

⁴⁹ Idem

⁵⁰ <https://www.neworleansmomsblog.com/2015/08/02/dear-facebook-you-are-the-reason-we-need-world-breastfeeding-week/> acesso em 12 de maio de 2018

a autora algumas imagens de amamentação são censuradas ou não dependendo do que se mostra.

3.5 EFF, casos de censura do Facebook de usuários de outros países

Os casos de censura na rede social americana não envolvem somente usuários dos Estados Unidos. Temos diversos casos de censura na Europa em que usuários foram suspensos ou tiveram conteúdos retirados de suas páginas por razões que vão desde seu ativismo político, conteúdos com nudez ou conteúdo jornalístico censurado.

Na pesquisa por casos de censura no site da EFF foram encontrados nove casos de censura em diferentes países. A natureza dos casos varia desde ativistas políticas censuradas devido ao conteúdo publicado, jornalistas censurados pela divulgação de documentos de um escândalo de evasão fiscal ou pela divulgação de uma foto de guerra, ou ainda pela divulgação de trabalhos artísticos. Os países são desde a França, Síria, Malta, Nova Zelândia, Austrália e Escócia.

Em seu site, a EFF divulgou um documento intitulado “Banimento da nudez no Facebook afeta todos os tipos de usuários”⁵¹. O documento levanta casos de usuários ou páginas na rede social americana que foram censuradas devido a publicações com alguma nudez, como no caso do periódico norueguês que publicou em sua página a foto ganhadora do Prêmio Pulitzer “ Terror da Guerra” em que retrata uma criança correndo nua depois que sua aldeia foi bombardeada durante a Guerra do Vietnã.

Em setembro de 2016 o periódico norueguês Aftenposten publicou em sua página no Facebook a famosa foto da Guerra do Vietnã. Nessa foto, a vietnamita Kim Phúc está correndo nua e com queimaduras graves devido ao napalm ,depois da força aérea americana bombardear a sua aldeia. Quando a foto foi publicada pelo periódico foi retirada pelo Facebook gerando protestos nas redes sociais e críticas a maneira como a rede social censurou a foto. Muitos usuários e a primeira ministra norueguesa Erna Solberg publicaram a foto em sua página em protesto e também tiveram a foto censurada.

⁵¹ <https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2016/09/facebooks-nudity-ban-affects-all-kinds-users> acesso em 12 de maio de 2018

A foto foi publicada pelo Aftenposten em um artigo sobre sete fotos que mudaram a história da guerra. A foto que retratava Kim Phúc criança correndo nua era uma dessas fotos. Uma das justificativas do Facebook foi que a nudez da menina desrespeitava os termos e padrões que proíbem conteúdo com nudez. Após a retirada o editor do periódico Egil Hansen numa carta⁵² aberta a Mark Zuckerberg coloca que não irá concordar com o requerimento da retirada de uma das fotos mais famosas da história. Em determinado trecho da carta o editor coloca que:

O Facebook tornou-se uma plataforma líder mundial na divulgação de informações, debates e contatos sociais entre pessoas. Você está posição porque você merece. Mas, querido Mark, você é o editor mais poderoso do mundo. Mesmo para um grande como o Aftenposten, o Facebook é difícil de evitar. Na verdade, não queremos evitar você, porque você está nos oferecendo um ótimo canal para distribuir nosso conteúdo⁵³.

Em outros trechos da carta o editor coloca sua decepção com a rede social pelo fato da retirada da foto e que ele estava abusando de seu poder. E que essa foto e uma imprensa livre foram fundamentais para mudar a mentalidade sobre a guerra do Vietnã e colocar um fim nesse conflito. Após uma repercussão negativa a rede social americana republicou e permitiu a publicação da foto por jornalistas e usuários.

Em sua página⁵⁴ no Facebook após o episódio a primeira ministra Erna Solberg criticou a rede social pelo episódio, ela escreveu:

“Esse debate é mais do que essa foto e mais do que apenas o Facebook como uma rede. É sobre as responsabilidades que grandes instituições e plataformas de mídia não devem perverter ou distorcer a realidade. Trata-se de comunicar a história como ela é, de modo que os jovens, que muitas vezes têm a mídia social como sua principal fonte de notícias e informações, também obtêm insights sobre eventos que ajudaram a moldar o mundo em que vivemos hoje.”⁵⁵

⁵² <https://www.aftenposten.no/meninger/kommentar/i/G892Q/Dear-Mark-I-am-writing-this-to-inform-you-that-I-shall-not-comply-with-your-requirement-to-remove-this-picture> acesso em 12 de maio de 2018

⁵³ Idem

⁵⁴ <https://www.facebook.com/ernasolberg/posts/10154355587051832> acesso em 12 de maio de 2018

⁵⁵ Idem

Diversos periódicos repercutiram a polêmica e as acusações de censura contra o Facebook e Mark Zuckerberg. O periódico The Guardian em uma de suas reportagens⁵⁶ destacou a declaração da chefe de operações da rede social Sheryl Sandberg, de que manter uma foto histórica é mais importante do que banir a nudez. Para a CEO é difícil analisar milhões de publicações a cada semana sem cometer erros. A foto foi retirada, pois em seus termos a rede social não permite conteúdos com nudez, mas não especifica que tipo de nudez.

Em outro caso envolvendo que gerou acusações de censura de ativistas e usuários foi a censura de uma reportagem que tratava sobre a prevenção do câncer de mama menos de um mês depois que o Facebook retirou a foto da Guerra do Vietnã. A reportagem repercutia a campanha Outubro Rosa que tem como intuito a prevenção e informar sobre o câncer de mama.

O web site Les Décodeurs, que é afiliado ao jornal Le Monde, publicou um artigo relatando a campanha e os esforços do governo com uma imagem de uma mamografia. Após a reportagem ser censurada por conter material com nudez que iria de encontro com os termos, o jornalista Samuel Laurent publicou uma mensagem em sua página criticando a rede social americana pela censura, em uma das publicações ele escreve: “Muito obrigado Facebook pela sua luta diária contra os mamilos”.

Após a repercussão do caso, o Facebook publicou novamente o artigo e pediu desculpas pelo ocorrido. Em sua justificativa a rede social americana afirmou que um membro da equipe retirou o conteúdo cometendo um erro e que isso pode acontecer, pois os moderadores têm que lidar com muitos conteúdos diariamente e que a rede apóia os esforços das campanhas contra o câncer de mama. Uma reportagem⁵⁷ do Portal Quartz assinada por Ananya Bhattacharya argumenta que é difícil acreditar nessa justificativa por que não é primeira vez que o Facebook entra em uma polêmica e se utiliza da mesma.

O web Les Décodeurs, para protestar contra a censura, publicou a imagem de um homem sem camisa com a bandeira francesa ao fundo com um texto relatando

⁵⁶ <https://www.theguardian.com/technology/2016/sep/12/facebook-mistake-napalm-girl-photo-sheryl-sandberg-apologizes> 12 de maio de 2018

⁵⁷ <https://qz.com/807427/facebook-fb-is-under-fire-for-censorship-again-this-time-for-blocking-an-image-of-a-mammogram/> acesso em 12 de maio de 2018.

que o Facebook censurou uma imagem de uma mamografia porque vai contra os seus termos e políticas e então publicamos a imagem do torso de um homem que atende os termos.

Em um texto no site da EFF intitulado “Adult content policies: A textbook case of private censorship”⁵⁸, assinado pela ativista Jilian York, a ativista levanta a questão de como a rede social de Mark Zuckerberg lida com diferentes tipos de nudez e como os termos e padrões de comunidades com artigos e definições confusas que acabam censurando seus usuários.

Em um artigo⁵⁹ para o jornal americano Washington Post a ativista questiona quem define o que é nudez ou pornografia, e para ela, seria o Facebook. No texto ela argumenta que qualquer regulação sobre determinado conteúdo era feita por tecnocratas e juizes com um vasto conhecimento, mas atualmente é feita por funcionários mal pagos de plataformas.

Ainda no artigo⁶⁰ a ativista coloca que o Facebook, com o intuito de ser uma plataforma global, cria seus próprios termos e padrões de comunidade. Seus usuários que também podem ser o produto final acabam sendo censurados e punidos com suspensões temporárias ou definitivas por diversos motivos, como seu discurso político, ou divulgar uma campanha contra o câncer de mama. O problema segundo a ativista está na confusão que a rede social faz entre nudez e pornografia e que a maioria dos usuários discorda dessas definições de nudez impostas pelo Facebook.

Em um dos casos de censura levantados pela ativista Jilian York, no site da EFF, está o caso do grupo feminista australiano Cherchez La Femme, que publicou em maio de 2016 a foto da modelo Plus Size Tess Holiday, em que ela aparece de lingerie. A foto foi retirada pela rede social gerando protestos do grupo feminista. A rede social afirmou que a foto não cumpre com os termos e a política da comunidade sobre saúde e bem estar.

⁵⁸ <https://www.eff.org/deeplinks/2017/12/adult-content-policies-textbook-private-censorship-fail> acesso em 13 de maio de 2018.

⁵⁹ https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2016/05/25/who-defines-pornography-these-days-its-facebook/?noredirect=on&utm_term=.e1fa425cd579 acesso em 13 de maio de 2018.

⁶⁰ Idem

Quando o grupo feminista protestou e recorreu da decisão, o Facebook declarou que “anúncios como esses não são permitidos, pois fazem com que os espectadores se sintam mal com relação a si mesmos. Em vez disso, recomendamos o uso de uma imagem de uma atividade relevante, como correr ou andar de bicicleta”. Em uma segunda declaração a rede social pediu desculpas pela primeira resposta e que a imagem está dentro dos padrões da comunidade. A justificativa dada pela rede social segundo o The Guardian apurou em uma reportagem⁶¹ é que a equipe do Facebook, como já mencionado anteriormente, lida com milhões de conteúdos a cada semana e que podem ocorrer erros.

Integrantes do grupo feminista criticaram o Facebook por não permitir o anúncio da campanha feminista. Para as integrantes do grupo a campanha e o anúncio tinham como função demonstrar que toda mulher pode ser feliz e se sentir bem com o seu corpo. Para elas a rede social americana não entendeu essa mensagem.

A ativista Jilian York, que milita na EFF pela liberdade de expressão do usuário nos meios digitais, entre muitas das ações desse ativismo está o levantamento de leis ou regulamentações que possam prejudicar o usuário e sua liberdade ou em casos de usuários que sofrem censura nas redes sociais ou de governos em países democráticos ou autoritários, no informe “ Facebook censorship under the microscope”⁶² de fevereiro de 2016 informa uma parceria entre a EFF e Visualizing Impact para o lançamento da plataforma Onlinecensorship.org com o intuito de recolher denúncias de censura nas redes sociais.

No informe há um link⁶³ para uma reportagem da CNN assinada pela jornalista Sara Ashley O’Brien, que repercute o lançamento da iniciativa. Na reportagem há uma declaração de Jilian York com a argumentação de que “nós decidimos que para trazer mais transparência, nós precisamos coletar os dados”. Segundo a reportagem a denúncia de censura de redes sociais como o Facebook

⁶¹ <https://www.theguardian.com/technology/2016/may/23/facebook-bans-photo-plus-sized-model-tess-holliday-ad-guidelines> acesso 13 de maio de 2018

⁶² <https://www.eff.org/mention/facebook-censorship-under-microscope> acesso em 13 de maio de 2018

⁶³ <http://money.cnn.com/2016/02/04/technology/online-censorship-facebook-twitter/> acesso em 13 de maio de 2018

através de screenshots de publicações que foram retiradas de maneira errônea ou injusta.

A reportagem informa que desde novembro quando a plataforma foi lançada recebeu mais de duzentas mensagens com casos de censura nas redes sociais. Sendo o Facebook, a maioria dos casos vem dos Estados Unidos, mas também de outros países, e quando os conteúdos são removidos os usuários têm como resposta poucas informações e muitas contradições.

Um desses casos de censura apurados pela plataforma segundo a reportagem da CNN⁶⁴ é a da ativista curda Efe Levent, que usou sua conta no Facebook para criticar uma publicação do jornal satírico Charlie Hedbo, que fez uma piada com um menino turco que morreu afogado ao tentar emigrar para a Europa. Logo depois sua conta foi suspensa com o aviso lembrando que usuários que desrespeitam os termos e os padrões de comunidade serão suspensos de maneira permanente. Levent postou a imagem da capa com a legenda “ The selective freedom of speech loving crackers at Charlie Hedbo continue do make controversial art from the blood of our people” .

A ativista relatou em um texto⁶⁵ para o portal de notícias Global Voices que leu e verificou todos os itens dos padrões de comunidade e dos termos para tentar entender qual teria sido o motivo de sua suspensão. Para a ativista, o motivo que seria mais plausível seria o discurso de ódio que ela teria desrespeitado. Para ela não houve discurso de ódio, e sim uma crítica com uma publicação que foi segundo ela desrespeitosa com o menino e o povo curdo. O único termo suspeito utilizado pela ativista foi “cracker”, palavra pejorativa que era utilizada nos Estados Unidos escravagista.

Outro caso de censura contra uma ativista curda ocorreu em abril de 2016 quando Roza Salih , que tem asilo na Irlanda, postou em sua página a figura do líder curdo Abdullah Ocalan, que está preso, com a frase: “uma vida livre é impossível sem uma mulher radical revolucionária da qual irá mudar a mentalidade do homem e da vida”. A conta da ativista foi suspensa por trinta dias por desrespeitar os termos e os padrões de comunidade.

⁶⁴ Idem

⁶⁵ <https://globalvoices.org/2016/01/20/on-criticising-charlie-hebdo-on-facebook-and-the-perils-of-selective-freedom-of-speech/> 13 de maio de 2018

O povo curdo luta pela soberania de seu território que está entre o Iraque, a Síria e a Turquia. Com a Guerra Civil da Síria muitos curdos pediram asilo em diversos países da Europa, como no caso da ativista Salih, que mesmo refugiada em outro país continua seu ativismo pela liberdade do povo curdo. Um dos principais grupos políticos que lutam pelos curdos é o Partido PPK que tem um braço armado e que tem sido um dos grupos combatendo o grupo terrorista Estado Islâmico. Acontece que o partido curdo está na lista de grupos ou organizações terroristas da União Europeia e dos Estados Unidos como grupo terrorista.

O fato de o partido curdo estar na lista de grupos terroristas dos Estados Unidos pode ter sido um dos motivos pelos quais a ativista curda foi censurada e teve sua conta suspensa por trinta dias. Nos termos e padrões de comunidade a há artigos que proíbem a divulgação de conteúdos de grupos terroristas. A ativista entrou em contato com o Facebook que respondeu através de um porta voz que a rede social proíbe conteúdos com discursos de ódio e de terrorismo.

Para a ativista do Eletronic Frontier Foundation, Jilian York, a retirada de conteúdos de ativistas curdos pela rede social americana começou alguns anos atrás quando o Facebook percebeu que poderia ser expulso da Turquia se não atendesse algumas demandas do governo turco que combate à ideia de um povo curdo com um Estado soberano.

No artigo assinado por Rachel Hamada, no portal The Ferret, que relata a censura imposta à ativista curda Roza Salih⁶⁶, contém a opinião do deputado Alyn Smith, do Partido Nacional Escocês, que mostra preocupações de situações como a da ativista curda. Para ele, empresas como o Facebook dominam cada vez mais a internet em um ambiente que poucos espaços controlam a informação. Ele defende que a União Europeia regulamente a atuação de empresas como a rede social americana.

No site da EFF tem o artigo “Seven times journalists were censored: 2017 in review”⁶⁷ escrito pelos ativistas Jason Kelley e Jillian York. Nesse artigo os ativistas denunciam casos em que jornalistas foram censurados pelas redes sociais como o Facebook. Casos que vão de denúncias de políticos com contas em paraísos fiscais

⁶⁶ <https://theferret.scot/facebook-cracks-down-kurdish-content-roza-salih/> 13 de maio de 2018.

⁶⁷ <https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2017/12/seven-times-2017-journalists-were-censored> acesso em 13 de maio de 2018

ou uma jornalista que escreveu um artigo sobre machismo em sua página da rede social, o artigo traz links que levam à reportagens sobre esses casos de censura. A organização coloca que as redes sociais se mostraram uma importante ferramenta para o desenvolvimento do jornalismo e do ativismo, mas também se mostrou uma barreira com seus protocolos e regras que resultam em retiradas de conteúdos sem uma transparência.

Em um dos casos, como mostrou uma reportagem⁶⁸ do periódico inglês The Guardian, o Facebook suspendeu a conta do jornalista Matthew Caruana Galizia, membro do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo, que ganhou o prêmio Pulitzer pela investigação do Panamá Papers, a censura ocorreu com a suspensão de 24 horas da conta do jornalista. Para o The Guardian a censura pode ter ocorrido pela divulgação de imagens de documentos mostrando contas do Primeiro Ministro de Malta.

A postagem censurada que foi retirada junto com a suspensão de 24 horas continha imagens de documentos do Panamá Papers que envolviam o primeiro ministro de Malta, Joseph Muscat, assim como o seu chefe de gabinete Keith Schembri, e o Ministro de Energia Konrad Mizzi. O jornalista declarou que decidiu publicar os documentos na rede social americana para atingir os jovens e universitários que têm como principal fonte de informações redes sociais como o Facebook.

O The Guardian analisou os termos e os padrões de comunidade para descobrir a motivação da retirada das publicações Caruana Galizia, o Facebook proíbe a publicação de informações pessoais sem o consentimento, mas segundo a reportagem não fica claro como o artigo poderia ter sido desrespeitado, pois outras publicações de mesma natureza não foram retiradas, ainda para o jornalista o primeiro ministro pressionou a rede social para a retirada da publicação com os documentos.

Para o The Guardian esse caso mostra como de maneira arbitrária o Facebook pode retirar um conteúdo ou modelar o jornalismo. A reportagem ouviu um porta-voz da rede social que declarou que é importante para o jornalismo publicar informações que são do interesse público, que a rede social estava investigando as

⁶⁸ <https://www.theguardian.com/world/2017/may/19/facebook-blocks-malta-journalist-joseph-muscat-panama-papers> acesso em 13 de maio de 2018

postagens, conversando com Galizia para que ele possa publicar o que precisa sem detalhes íntimos que seriam desnecessários e colocariam pessoas em risco.

O periódico inglês levanta a questão do poder que o Facebook tem ao moldar o jornalismo ao permitir ou não que determinados conteúdos sejam publicados ou não, como no caso do Panamá Papers, e dos documentos do primeiro ministro. Outros documentos e imagens desse caso foram publicados e não foram censurados como os do jornalista.

No mesmo artigo em que a EFF denuncia os sete casos de censura aos jornalistas em 2017 pelas redes sociais, ela fala de casos de jornalistas que fizeram textos ou vídeos denunciando crimes de guerra ou limpeza étnica e que foram censurados pelo Facebook. Esses ativistas utilizam as redes sociais para denunciar os crimes de guerra de governos e proteger o material de destruição.

Em diversas regiões ou países há conflitos, como a Guerra Civil da Síria ou limpeza étnica em Mianmar feita pelo exército contra a minoria Rohingya. Ativistas de direitos humanos desses países utilizam as redes sociais para publicarem imagens que denunciam as atrocidades dos governos da Síria e de Mianmar. O problema estaria que as redes sociais como o Facebook estão retirando esses conteúdos com a justificativa de descumprimentos dos termos e padrões de comunidade.

A reportagem⁶⁹ do portal The Intercept feita pelo jornalista Avi Asher Schapiro mostra alguns casos de censura e as preocupações de grupos de direitos humanos. Um dos casos relatados pela reportagem fala de fotos da guerra da Síria que denunciam crimes de guerra e foram censurados. O sírio Abdulsalam mora em Aleppo, uma das cidades mais atingidas pela guerra civil. Em determinado momento da guerra o governo começou a bombardear a cidade com barris com explosivos causando a morte de muitos civis. Em um desses bombardeios uma padaria foi atingida e Abdulsalam registrou vídeos e fotos do bombardeio e das vítimas. Ele decidiu publicar no Facebook para denunciar o governo e proteger o conteúdo caso seu computador e câmera fossem destruídos. O problema foi que o Facebook censurou o ativista.

⁶⁹ <https://theintercept.com/2017/11/02/war-crimes-youtube-facebook-syria-rohingya/> acesso em 14 de maio de 2018

A cidade de Aleppo por muito tempo foi reduto da oposição ao governo sírio e sofreu bombardeios. A cidade era dominada por grupos rebeldes que defendiam a renúncia do ditador Assad. Abdulsalam e outros rebeldes tinham grupos de mídia para mostrarem seu ponto de vista, foi atuando nesses grupos que o ativista publicou vídeos e fotos denunciando crimes de guerra do governo de Assad.

O ativista recebeu o e-mail do Facebook avisando que suas fotos foram retiradas devido a denúncias de usuários que consideraram as imagens muito sangrentas. Grupos de direitos humanos como o Human Rights Watch foram até Aleppo para verificar a existência de crimes de guerra e consideraram as fotos de Abdulsalam importantes evidências que poderiam ser utilizadas para futuras denúncias.

Na mesma reportagem o portal The Intercept citou a executiva do centro de direitos humanos da Universidade de Berkeley, Keith Hiatt, que argumenta que as redes sociais como o Facebook atraem as pessoas prometendo conectividades, mas regulam o conteúdo que pode ser publicado entrando em contradição com a fala de Mark Zuckerberg, que o direito a internet é um direito humano. Em resposta, a rede social americana respondeu que não iria se pronunciar sobre evidências de crimes de guerra e que trabalha com uma equipe com diferentes profissionais para determinar o que pode ou não ser publicado.

Outro caso denunciado pela EFF no artigo sobre censura a jornalista em 2017 foi à retirada pelo Facebook da página do site ucraniano de notícias Liga.net, segundo a postagem⁷⁰ da usuária Oksana Romaniuk todo o conteúdo da página foi retirado de maneira repentina e injustificável porque a Liga.net produz um material de alta qualidade e tem excelentes profissionais, posteriormente a página voltou ao ar, segundo apurou a Eletronic Frontier Foundation um porta voz da rede social teria tido que a página foi retirada devido a conteúdo com nudez, segundo a organização o Facebook poderia ter mais transparência em como lida com os conteúdos de seus usuários ao retira-los sem explicações evasivas e procurar sempre ter mais transparência.

⁷⁰https://www.facebook.com/oksana.romaniuk.33/posts/1625365497525035?comment_id=1625378207523764¬if_id=1512598374819433¬if_t=comment_mention acesso em 13 de maio de 2018

A EFF também denunciou que em 2017 a jornalista americana Alex Zaragoza foi censurada pelo Facebook. A jornalista publicou em sua conta⁷¹ no Twitter que teve uma de suas postagens retiradas pelo Facebook. Escritora do jornal San Diego Citybeat, publicou um texto intitulado “Dear dudes, you’re all trash” em que critica atitudes machistas e os últimos casos de assédio que circulam na mídia. No lugar da publicação estava um aviso que algo que ela publicou não estava de acordo com os termos e os padrões de comunidade e que sua publicação foi retirada baseada nos artigos que banem discursos de ódio.

Segundo o portal de notícias Propublica⁷², que fez um levantamento de algumas contradições da rede social quando se trata da questão do combate do discurso de ódio, a rede social americana entra em contradição quando retira ou não determinadas publicações. Em uma reportagem “ Facebook secrets censorship rules protects white men from hate speech but not black children”, a reportagem mostra como os moderadores têm dificuldade em determinar o que é discurso de ódio e liberdade de expressão.

A reportagem⁷³ de junho de 2017 mostra alguns casos em que essa contradição se apresenta. Após um atentado terrorista na cidade de Londres, o congressista americano do partido republicano Clay Hiings, do estado de Lousiana, escreveu na sua página: “ Cacem eles, identifiquem, e matem eles” ou “ matem eles”. Entre pedidos de vingança, sua postagem não sofreu qualquer sanção por parte da rede social americana. A mesma coisa não aconteceu com o ativista Didi Delgado, do movimento Black Lives Matter, que publicou em sua página: “ Todas as pessoas brancas são racistas. Comecem com esse ponto, vocês já falharam”. O ativista teve sua conta suspensa por sete dias por discurso de ódio.

A plataforma onlinecensorship.org apoiada pela EFF também apurou casos de usuários que foram censurados pelo Facebook por diversos motivos. Na mesma linha de conteúdos retirados devido à nudez, a organização denunciou a censura em que o tatuador maori da Nova Zelândia sofreu ao divulgar o seu trabalho no Facebook. O seu trabalho consistia na tatuagem maori que vai das costas até pé

⁷¹ https://twitter.com/there_she_goz acesso em 13 de maio de 2018

⁷² <https://www.propublica.org/article/facebook-hate-speech-censorship-internal-documents-algorithms> acesso em 13 de maio de 2018

⁷³ idem

que ele mostrou em um vídeo. A alegação da rede social é que a publicação do vídeo tinha conteúdo sexualmente explícito e que foi denunciado por um usuário. Em sua rede social o tatuador disse: “Estou muito bravo, algum idiota reportou a minha última postagem como algo explícito. Por favor não denuncie se você ficou ofendido essa postagem mostra parte da minha cultura”⁷⁴. O banimento durou 24 horas e prejudicou o tatuador que usa as redes sociais para entrar em contato com seus clientes.

Em novembro de 2016 o Facebook foi criticado por censurar um quadro do pintor italiano Caravaggio. O promotor Hamilton Moura Filho postou em sua página o quadro Cupido, com um breve comentário sobre o mesmo. A publicação⁷⁵ imediatamente foi retirada com a justificativa que desrespeitava os termos e padrões de comunidade. Em uma entrevista ao jornal La Repubblica ele declarou: “esse é um trabalho muito importante na história da arte, e eu gostaria de tomar providências legais para protestar contra essa censura”. Posteriormente o Facebook entrou em contato com Moura Filho com um pedido de desculpas e a postagem foi liberada, para ele seu Facebook é um lugar de divulgação da arte da cultura.

3.6 The Guardian e o manual do Facebook

O periódico inglês The Guardian teve acesso ao manual que é distribuído aos moderadores pela rede social. Entre vários temas suscitado pelo manual⁷⁶ está o combate à mensagens de ódio e de grupos terroristas que usam as redes sociais com a intenção de recrutarem jovens, com fins de propaganda e de mostrarem as suas ações.

O periódico inglês pode averiguar através da análise e de entrevistas com alguns moderadores as contradições do documento e a dificuldade que os

⁷⁴ Fonte <https://www.stuff.co.nz/life-style/life/84508552/facebook-bans-traditional-maori-tattoo-artist-after-claimed-standard-breach> acesso em 19 de abril de 2018.

⁷⁵ Fonte <https://www.thelocal.it/20161101/facebook-censors-nude-caravaggio-painting> acesso em 19 de abril de 2018

⁷⁶ <https://www.theguardian.com/news/series/facebook-files> acesso em 12 de junho de 2017.

moderadores têm devido às ambiguidades e pouco tempo que eles têm para decidir se o conteúdo deve continuar fora do ar ou voltar a circular.

Em uma reportagem “Mal pagos e sobrecarregados, a vida de um moderador no Facebook”⁷⁷, um moderador sem se identificar relata que recebe 15 dólares por hora e não sente que o seu trabalho está sendo valorizado. Segundo ele, o trabalho não tem nada de gratificante: é só entrar às 9h e ver diversos conteúdos que podem incluir fotos, vídeos, perfis ou grupos que podem ser denunciados por um algoritmo.

Ainda segundo a reportagem os moderadores não têm recebido apoio suficiente para poder lidar com as imagens de execuções ou de abuso. Segundo psicólogos ouvidos pela jornalista os moderadores têm que ser pessoas resilientes para poder trabalhar. Algumas organizações como a US’s National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC) também treinam pessoas para localizar conteúdo de abuso infantil nas redes sociais e na internet. A reportagem ouviu um porta voz da rede social que declarou que a empresa reconhece as dificuldades desse trabalho, oferece atendimento psicológico e aconselhamento, treinamento e programas para ajudar seus funcionários.

Uma das maiores dificuldades que os moderadores e a rede social enfrentam se refere ao discurso de ódio e em que momento uma mensagem ou publicação deve ser retirada de circulação. Documentos obtidos pelo periódico The Guardian mostram que o Facebook orienta seus moderadores a retirarem postagens que negam o holocausto em países cuja lei criminaliza essa atitude ou em países em que a rede social teme ser processada. Dependendo do país a frase “ Never Believe lies” pode ser permitida ou não.

Segundo o periódico inglês a rede social retira mensagens ou postagens que neguem o holocausto temendo uma ação judicial contra a empresa na França, Israel, Áustria ou Israel. Mesmo assim o conteúdo que negue a perseguição contra os judeus só é retirado quando é feita uma denúncia de um usuário. Na mesma reportagem é mostrado que os refugiados não têm o mesmo tratamento que alguns grupos minoritários, mesmo assim a rede social recomenda a seus moderadores a retirarem conteúdos que incitem ou comparem os imigrantes a animais e criminosos.

⁷⁷ <https://www.theguardian.com/news/2017/may/25/facebook-moderator-underpaid-overburdened-extreme-content> 12 de junho de 2017.

Outra situação em que a rede social americana lida com ambiguidade é na questão de discursos de ódio contra religiões específicas ou imigrantes. A frase “todos os muçulmanos são terroristas” provavelmente será classificada como discurso de ódio e será retirada do ar ao contrário da frase “ todos os terroristas são muçulmanos”. Outra controvérsia que a rede social enfrenta e que aumenta quando se aproxima uma eleição é a questão dos migrantes. Conteúdos que pregam violência contra os imigrantes deve ser retirados pelos moderadores, mas conteúdos que argumentam que o islamismo é uma religião que prega o ódio ou que pede fronteiras fechadas para imigrantes ilegais passam pelo aval dos moderadores. Comparar imigrantes a roubos, estupros ou assassinatos não é permitido.

Questões que tratam sobre orientação sexual estão numa categoria especial para que nenhum dos discursos de ódio ou de cunho preconceituoso sejam permitidos ou divulgados, mas partidos, políticos ou grupos ideológicos não estão protegidos. Recentemente alguns usuários denunciaram uma página que pedia a morte da então Presidente Dilma Rousseff, mas obtiveram como resposta que não foi identificada nenhuma ofensa ou discurso de ódio. O único presidente aparentemente protegido é o presidente americano em que postagens pedindo que ele seja baleado são retiradas do ar.

Um dos problemas que o Facebook tem enfrentado segundo reportagens do The Guardian são com a moderação de conteúdos com violência. Os vídeos podem ficar no ar desde que venham com o aviso de conteúdo violento ou que podem ser sensíveis para algumas pessoas. Os moderadores são orientados a ficarem atentos a conteúdos relacionados a suicídio. Quando uma pessoa comete suicídio com transmissão ao vivo pela rede social é permitido desde que tenha visualizações, mas os vídeos são retirados do ar quando não é possível nenhuma ajuda.

Em uma das reportagens o periódico inglês entrevistou o pesquisador Carl Miller que declara o desafio do Facebook como algo sem precedentes com seus dois bilhões de usuários. As reportagens do periódico inglês mostram a difícil situação em que a rede social de Mark Zuckerberg enfrenta ao tentar controlar e inibir discursos de ódio, de abuso infantil ou que contenham material terrorista, os moderadores recebem uma lista com nomes dos grupos terroristas e de seus líderes.

3.7 Termos do Facebook

Todo site de rede social você tem que concordar com os termos⁷⁸ para poder acessar essa rede. Com o Facebook não é diferente. Os termos mostram o que um usuário pode ou não publicar e que determinado conteúdo pode ser retirado do ar pela administração da rede social.

Logo no começo de seus termos a rede social de Mark Zuckerberg coloca que precisa da ajuda de seus usuários para manter a rede social segura e que qualquer um pode ajudar quando achar que um conteúdo é impróprio. Para estar na rede social como nudez, pedofilia e mensagens que propaguem o ódio, mas por muitas vezes o Facebook é acusado de censura por usuários que estão em diferentes espectros ideológicos.

Um conteúdo pode ser retirado pelos algoritmos do Facebook ou quando é denunciado como inapropriado pelos usuários. O conteúdo é analisado pelos moderadores da rede social que estão espalhados por escritórios ao redor do mundo onde a rede social americana está presente. Para o usuário denunciar um conteúdo a principal maneira é acessar o conteúdo que pode ser um perfil, foto ou vídeo marcando a opção de denunciar e seguir as instruções, nos termos o Facebook e colocar passo a passo esse perfil.

No terceiro artigo de seus termos o Facebook trata da segurança da rede social e de seus usuários. Ele declara, por exemplo, a questão da propagação de mensagens de ódio “você não publicará conteúdos que contenham discurso de ódio, sejam ameaçadores ou pornográficos; incitem violência; ou contenham nudez ou violência gratuita ou gráfica” ou “você não usará o Facebook para praticar qualquer ato ilegal, equivocado, malicioso ou discriminatório” o problema com esses artigos seria sua ambiguidade em relação a mensagens e conteúdos de ódio ou a publicação de imagens que contenham nudez.

Após as denúncias de usuários, um moderador vai julgar se determinado conteúdo pode continuar ou não. A decisão tem como ajuda um manual que todo moderador recebe. O periódico inglês The Guardian teve acesso a esses documentos e entrevistou alguns desses moderadores como especialista sobre a ineficiência dessa manual.

⁷⁸ <https://www.facebook.com/legal/terms>, a versão utilizada nessa pesquisa foi a de 2015.

Considerações Finais

O Facebook tem enfrentando problemas nos últimos dois anos que têm sido considerado os piores desde a sua criação em 2004. A rede social americana tem se envolvido em escândalos, como nas eleições americanas presidenciais de 2016 vencidas pelo candidato Donald Trump. Após as eleições, culpou-se as redes sociais como o Facebook pelos resultados por não controlarem as fake news que favoreceram o candidato republicano.

Ao longo de seus anos a rede social de Mark Zuckerberg foi construindo o seu império na internet, aceitando novos usuários e novas configurações na rede social para que se pudessem publicar fotos ou vídeos. Ao longo de sua história foram feitas ofertas de venda que foram recusadas pelo seu criador. Também houve outras redes sociais ou aplicativos que ameaçaram a hegemonia do Facebook acabaram sendo adquiridas em transações bilionárias.

O Facebook começou tendo como alvos principais jovens universitários americanos. Só posteriormente, quando sua posição já estava consolidada, ele permitiu o acesso do público em geral, chegando em 2017 à marca de dois bilhões de usuários. Uma das preocupações de Mark Zuckrberg é a concorrência que sua rede social pode enfrentar. Algumas dessas ocorrências que se mostraram uma ameaça.

O Whatsapp pode ser descrito como um aplicativo de mensagem instantânea que está presente no Brasil e em diversos países. O aplicativo teve um crescimento rápido o que acabou chamando atenção do Facebook e de seus acionistas que interpretaram essa rápido crescimento como uma ameaça. Em 2014 o aplicativo de comunicação foi comprado pelo Facebook por 22 bilhões de dólares. A compra foi aprovada pela Comissão de Comércio da Europa e demonstra a força que a rede social tem para enfrentar os seus concorrentes.

A rede social Instragam se caracteriza pela possibilidade de publicar fotos, vídeos, seguir perfis ou ser seguida. Essa rede social começou a crescer principalmente no público jovem enquanto o seu concorrente o Facebook tinha quedas nos números de jovens. A resposta da rede social de Zuckerberg foi adquirir o Instragam em 2012 por um bilhão de dólares. A empresa tem como um dos fundadores o brasileiro Mike Krieker.

O Snapchat é um aplicativo de mensagens através de imagens que também teve um crescimento rápido entre o público jovem. O Facebook fez ofertas pelo aplicativo que foi recusada pelos seus criadores, em resposta a rede social de Zuckerberg programou inovações como o Stories e Messenger em suas redes sociais para desbancar o seu concorrente.

A atuação para manter o domínio do mercado não está somente na aquisição de concorrentes que ameacem o monopólio de Mark Zuckerberg, também está em campanhas e iniciativas para levar internet para usuários que não têm acesso em diversos países. Um desses programas é o Free Basics, que firma parcerias com operadoras locais para o fornecimento de internet gratuita. A iniciativa gerou resistência de ativistas em países como a Índia.

Um dos principais argumentos de ativistas indianos contra o projeto é que essa iniciativa fere de maneira clara a neutralidade da internet quando o programa Free Basics limita o número de sites em que o usuário pode acessar. Os ativistas criaram o site Savetheinternet.in e o canal no YouTube All India Bakchod fizeram vídeos explicando a neutralidade da internet e os perigos que um programa desses pode representar para a internet na Índia.

Uma das críticas a esse programa de Mark Zuckerberg lembrado pelos youtubers e ativistas indianos é que o Facebook, com esse programa, quer garantir que não surja uma rede social concorrente. Cerca de quinhentas startups divulgaram na época uma carta à agência reguladora que proibisse o Free Basics para garantir o progresso tecnológico indiano.

Os ativistas lembram que na última década 100 milhões de indianos tiveram acesso a internet e que uma parcela pequena desse número foi através do programa Free Basics. Outro ponto que gera críticas é que a iniciativa pode levar internet de graça, mas os dados dos usuários seriam armazenados e disponíveis para a rede social americana sendo um perigo para a privacidade dos usuários indianos.

A resposta do Facebook foi espalhar propaganda pela cidade de Mumbai exaltando a qualidade da iniciativa. Mark Zuckerberg publicou uma carta no jornal Times of India, de maior circulação na imprensa indiana, defendendo o projeto que para ele pede aos indianos que escolham os fatos e não ficção.

No artigo ele argumenta que o acesso à internet deve ser considerado um direito humano assim como bibliotecas públicas disponibilizam conhecimento de forma gratuita, hospitais públicos tratamento gratuito e escolas do governo garantem ensino de qualidade para todos. Para Zuckerberg, está na hora das pessoas terem acesso à internet.

O Facebook tem conseguido um controle significativo da internet. Como mostrado nessa pesquisa uma grande parte dos usuários da rede social se informa na mesma, colocando a rede social de Mark Zuckerberg com um grande poder de editor e de decisão do que vai ser vinculados ou não, muitos jornalistas e pesquisadores tem se debruçado sobre o poder que a rede social tem adquirido ao longo dos anos.

Quando o debate sobre censura e Facebook entra em pauta aparece o argumento que a rede social é uma empresa privada e tem o direito de decidir o que pode ou não ser publicado. Esse argumento vai ao encontro das intenções de Mark Zuckerberg que em uma carta para a comunidade expressa às intenções de um Facebook conectando a comunidade global e diferentes culturas e ressalta as iniciativas para que a rede social consiga resolver os problemas que enfrenta como discurso de ódio e terrorismo.

Países como Estados Unidos e Brasil têm leis que protegem provedores e plataformas como o Facebook da publicação de terceiros. Uma dessas leis é o Marco Civil da internet aprovado em 2014, que coloca a necessidade de uma ordem judicial para a retirada de qualquer conteúdo. Redes sociais como o Facebook poderiam retirar conteúdos relacionados ao discurso de ódio depois de ações judiciais que exigissem a retirada de publicações com conteúdo que remetem ao ódio.

A própria rede social admite que há problemas com a definição de discurso de ódio que de tempos em tempos modifica seus termos e padrões de comunidade tentando colocar de uma maneira mais clara do que seria discurso de ódio e os conteúdos não permitidos como desrespeito aos direitos humanos, xenofobia entre outros. A última modificação ocorreu em 2018 depois de críticas recebidas pelos seus usuários e a opinião pública.

O referendo que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia e as eleições presidenciais americanas de 2016 vencidas pelo republicano Donald Trump tiveram como um dos palcos principais as redes sociais como o Facebook, que foi utilizado por usuários, influenciadores ou blogs defenderem seus pontos de vista. Para a organização Freedom House está provado que a Rússia influenciou os resultados das eleições americanas ao espalhar as fake news em páginas no Facebook para determinar o que seria debatido pelos eleitores americanos como a questão da imigração.

Após as eleições americanas a rede social de Mark Zuckerberg recebeu fortes críticas por não ter controlado as fake News. Em resposta a rede social modificou os algoritmos. Após essa mudança os usuários visualizam com maior frequência as publicações de seus “amigos” e menos as de páginas de conteúdo. Logo após essa modificação o jornal Folha de S. Paulo divulgou a sua saída da rede social com o argumento de que o jornal saiu prejudicado com a nova configuração dos algoritmos. Esses episódios mostram o poder que a rede social americana tem controlando um fluxo significativo de informações.

Outra preocupação que pesquisadores ressaltam na relação do Facebook e jornalismo é que por um lado a rede social americana tem ficado com uma parte significativa da verba proveniente de anúncios que tem prejudicados jornais tradicionais como o britânico The Guardian. Por outro lado muitos dos jornais e jornalistas têm páginas oficiais no Facebook, quando a rede social retira algum conteúdo prejudica a comunicação do periódico e o direito a informação do leitor.

Muitos jornalistas sofreram censura da rede social de Mark Zuckerberg como a jornalista Alex Zaragoza que publicou um texto sobre machismo e assédio sexual e teve a publicação retirada devido ao suposto discurso de ódio. Outro caso envolvendo jornalista que foram censura foi no caso do Panamá Papers em que diversas publicações com reportagens foram retiradas da rede social com a justificativa de não cumprimento dos termos devido à suposta divulgação de dados financeiros de terceiros.

Casos de ativistas que foram censurados pela rede social como da ativista curda que protestou contra uma charge do periódico satírico Charlie Hedbo e teve a conta suspensa temporariamente por ter feito um discurso de ódio na rede social o que vai de encontro com os termos e os padrões de comunidade. Outra ativista

curda censurada foi a refugiada Roza Salih que tem asilo político no Reino Unido por ter publicado uma imagem de um líder curdo que está preso na Turquia. A ativista teve sua conta suspensa o que prejudicou o seu ativismo que tem como principal canal de comunicação o Facebook.

A censura também ocorreu com ativistas e jornalistas sírios que utilizaram as redes sociais como o Facebook para denunciar o desrespeito aos direitos humanos e crimes de guerra cometidos contra a população síria pelo regime de Assad durante a guerra civil da Síria. Como denunciou o The Intercept, jornalistas sírios usavam o Facebook para divulgarem fotos e vídeos denunciando crimes de guerra. As publicações também tinham como intenção a preservação dos registros antes de serem retiradas devido ao conteúdo com violência e altamente sensível. Essa ação da rede social foi criticada por grupos de direitos humanos.

Quando o Facebook decide quais conteúdos podem ser publicados ou não o jornalismo pode ser prejudicado. Nos casos levantados nessa pesquisa que envolvem censura contra jornalista na rede social, nota-se a preocupação de jornalista com o enorme poder de editor que o Facebook adquiriu, como no caso da retirada da famosa foto da guerra do Vietnã da página do periódico norueguês Aftenposten. O editor coloca que a rede social americana se tornou a plataforma de mídia principal na divulgação de informações. A primeira ministra escreveu em sua página que plataformas como o Facebook tem grandes responsabilidades como não distorcer a história e mostrar como ela é.

Em outro caso de censura que envolveu o jornalismo e o Facebook foi quando o jornalista Matthew Galizia, que publicou imagens de documentos que implicaram o primeiro ministro de Malta e seu principal assessor no que ficou conhecido como Panamá Papers. Em uma das reportagens do periódico The Guardian repercutindo a censura sofrida pelo jornalista argumenta que esse episódio levanta questões do modo como o Facebook modera o jornalismo. Galizia ainda argumentou que é importante que jornalistas publiquem informações que são de interesse público.

Tanto o caso de Galizia como dos jornalistas e ativistas sírios mostram casos em que a rede social de Mark Zuckerberg cometeu censura prejudicando o jornalismo e seus usuários. Os ativistas sírios denunciavam crimes de guerra e contra os direitos humanos na guerra civil da Síria. Quando retirou os vídeos devido

ao conteúdo das imagens com violência ou material sensível impediu que o jornalismo denunciasse crimes de guerra e aos direitos humanos.

Para muitos as acusações de censura ocorrem porque o Facebook não se decidiu que tipo de plataforma é para seus usuários e não tem transparência em suas decisões e ações, como no episódio do vazamento dos dados de 87 milhões de usuários americanos em que a rede social demorou em responder as críticas por não ter protegido os dados e a privacidade de seus usuários.

O questionamento de como o Facebook lida com o conteúdo publicado pelos seus usuários deve sempre estar em pauta porque a rede social de Mark Zuckerberg é uma das maiores do mundo e tem cada vez mais monopolizado uma parte significativa do fluxo de informações. Grande parte dos usuários da internet se informa através da internet, o modo de como ela lida com o conteúdo jornalístico e de seus usuários pode determinar qual será o próximo tema a ser debatido. Durante as eleições em países como Estados Unidos e Brasil os eleitores se informam através de redes sociais como o Facebook.

O número de usuários da internet cresce a cada ano, uma parte dos usuários está em países com governos que não controlam o conteúdo outros usuários como os chineses tomam cuidado com o que publicam na internet com receio de represálias do governo. Dois bilhões de pessoas que têm acesso à internet possuem uma conta no Facebook fazendo um espaço principal para o ativismo social e político, e quando essa rede social censura campanhas contra o câncer de mama ou sobre a importância da amamentação mesmo que por um curto espaço de tempo prejudica o ativismo e a livre circulação de informações.

Referencias Bibliográficas.

ANDERSON, Chris. A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ASSANGE, Julian. Cypherpunks: Liberdade e o futuro da internet. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LEMOIS André. LEVY, Pierre. O Futuro da Internet, em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Vigilância líquida. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014.

BAUMAN, BIGO, ESTEVES, GUILD, JABRI, LYON. Após Snowden: Repensando o impacto da vigilância. Revista Eco Pós, vol.18, N.2, p. 09-35, 2015.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na internet. Trad, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DA COSTA, Rogério. Sociedade de controle. São Paulo Perspec. vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004

DA SILVEIRA, Sergio Amadeu. Tudo sobre todos: Redes digitais, privacidade, e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017

DELEUZE, Gilles. "Post-Scriptum sobre as sociedades de controle". Conversações: 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1992, pp. 219-26.

DUHIGG, Charles. "How Companies Learn Your Secrets", The New York Times Magazine, 16/fev/2012.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade, a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2011.

GALLOWAY, Alexander R. Protocol: How Control Exists after Decentralization. Cambridge: MIT Press, 2004.

GREENWALD, Green. Sem Lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. Trad. Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: N-1 edições, 2014

LEVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. Trad. Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001.

RAMOS, Augusto. “Fórum de Davos anuncia a morte da privacidade”. Blasting news, 8 fev. 2015.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RONSON, JON. Humilhado: como a era da internet mudou o julgamento público. Trad. Mariana Kohnert. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

SOUZA, Carlos e LEMOS, Ronaldo Lemos. Juiz de Fora, Rio de Janeiro: Editar Editora Associada Ltda, 2016

SANTOS, André. “A privacidade morreu e isso não é tão ruim quanto parece”. E-Commerce News, 08 jun. 2015

SHIRKY, Clay. Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações. Trad. Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

_____. A cultura da participação : criatividade e generosidade no mundo conectado. Trad. Celina Portocarrero . Rio de Janeiro: Zahar, 2011

SRNICEK, NICK. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2016.

KEEN, Andrew, O culto do Amador: como blogs, My Space, Youtube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Zahar, 2009.

WU, Tim. Impérios da comunicação: do telefone a internet, da AT&T ao Google. Trad. Cláudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Páginas de Internet

https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/?ref=br_rs acesso em 04 de julho de 2018

<https://www.facebook.com/movimentobrasiladireita/> acesso em 04 de julho de 2018

<https://www.facebook.com/IvanValentePSOL/> acesso em 04 de julho de 2018

<https://www.facebook.com/DilmaBolada/> 04 de julho de 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=QkxFZCnUU0c> 04 de julho de 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=Lb4IcGF5iTQ> Facebook: How to built the Future. acesso em 09 de janeiro de 2017

<https://www.youtube.com/watch?v=rGXtY-Jm3aw&t=1220s> 60 minutes acesso em 09 de janeiro de 2017

http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2036683_2037183,00.html Mark Zuckberg , person of the year acesso em 03 de junho de 2018.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/revista-time-escolhe-mark-zuckerberg-como-pessoa-do-ano-2010-13.html> revista time escolhe Mark Zucberg como pessoa do ano acesso em 03 de junho de 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=v03nzxluYu0&t=355s> acesso em 09 de janeiro de 2017

<http://www.allanperon.com.br/facebook-marketing/> acesso em 04 de junho de 2018

<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/06/justica-julga-valida-demissao-com-justa-cao-por-curtida-no-facebook.html> acesso em 08 de agosto de 2017

<http://link.estadao.com.br/blogs/deu-nos-autos/demitido-justo-por-cao-do-facebook/> acesso em 08 de agosto de 2017

<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/freedom-net-2017> 13 de junho de 2018.

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/emenda-da-reforma-politica-permite-censura-na-internet-durante-eleicoes.html> acesso 14 de junho de 2018.

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/a-policia-federal-prepara-a-censura-a-internet/> 14 de junho de 2018

<https://pt.globalvoices.org/2018/05/15/netizen-report-projeto-de-lei-sobre-censura-na-internet-exerce-grande-influencia-no-egito/> acesso em 15 de junho de 2018.

<https://www.madamasr.com/en/2018/03/14/feature/politics/parliament-in-haste-to-approve-cybercrime-bill-ambiguous-provisions-loose-definitions-legalized-web-censorship/> acesso em 15 de junho de 2018.

<http://g1.globo.com/tecnologia/blog/seguranca-digital/post/saiba-como-funciona-o-sistema-de-censura-chines-escudo-dourado.html> acesso em 16 de junho de 2018.

<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2017/03/emma-watson-explica-motivo-para-nao-tirar-selfies-com-fas.shtml> acesso: 15 de março de 2017

<https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence> acesso: 08/05/2018

<https://www.tecmundo.com.br/ciencia/18357-conheca-a-lei-azeredo-o-sopa-brasileiro.htm> acesso em 23 de janeiro de 2018.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/bloqueio-de-whatsapp-viola-marco-civil-da-internet-diz-especialista> 02 de maio de 2016

<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/282789848/o-marco-civil-da-internet-autoriza-o-bloqueio-de-aplicativos> acesso em 17 de janeiro de 2018

<https://www.eff.org/> acesso 08 de maio de 2018

<https://onlinecensorship.org/#> acesso em 26 de maio de 2018

<https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2015/06/why-facebook-failed-our-censorship-test> acesso em 24 de maio de 2018.

<https://transparency.facebook.com/> acesso 24 de maio de 2018

<https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2015/01/facebook-caves-turkish-government-censorship> acesso em 24 de maio de 2018

<https://www.eff.org/press/mentions/2009/5/14-4> acesso em 08 de junho de 2018

<https://www.chron.com/life/houston-belief/article/Deniers-of-Holocaust-tap-Facebook-to-spread-1749168.php> acesso em 11 de maio de 2018

<http://www.briancuban.com/blog/open-letter-to-facebook-ceo-mark-zuckerberg/> acesso em 11 de maio de 2018

<http://edition.cnn.com/2009/TECH/05/08/facebook.holocaust.denial/index.html> acesso em 11 de maio de 2018

<https://www.theguardian.com/technology/2016/sep/12/facebook-blocks-shaun-king-black-lives-matter> acesso em 11 de maio de 2018

<https://twitter.com/ShawnKing> acesso em 11 de maio de 2018

<https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2016/12/censorship-social-media-2016-review> acesso em 12 de maio de 2018.

<http://money.cnn.com/2016/07/07/media/facebook-live-streaming-police-shooting/> 12 de maio de 2018

<https://www.eff.org/deeplinks/2010/08/facebook-should-stop-censoring-marijuana-campaign-ads> acesso em 12 de maio de 2018

https://www.huffpostbrasil.com/entry/facebook-blocks-ads-for-p_n_692295 acesso em 12 de maio de 2018

<https://www.neworleansmomsblog.com/2015/08/02/dear-facebook-you-are-the-reason-we-need-world-breastfeeding-week/> acesso em 12 de maio de 2018

<https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2016/09/facebooks-nudity-ban-affects-all-kinds-users> acesso em 12 de maio de 2018

<https://www.aftenposten.no/meninger/kommentar/i/G892Q/Dear-Mark-I-am-writing-this-to-inform-you-that-I-shall-not-comply-with-your-requirement-to-remove-this-picture> acesso em 12 de maio de 2018

<https://www.facebook.com/ernasolberg/posts/10154355587051832> acesso em 12 de maio de 2018

<https://www.theguardian.com/technology/2016/sep/12/facebook-mistake-napalm-girl-photo-sheryl-sandberg-apologizes> 12 de maio de 2018

<https://qz.com/807427/facebook-fb-is-under-fire-for-censorship-again-this-time-for-blocking-an-image-of-a-mammogram/> acesso em 12 de maio de 2018

<https://www.eff.org/deeplinks/2017/12/adult-content-policies-textbook-private-censorship-fail> acesso em 13 de maio de 2018.

https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2016/05/25/who-defines-pornography-these-days-its-facebook/?noredirect=on&utm_term=.e1fa425cd579 acesso em 13 de maio de 2018.

<https://www.theguardian.com/technology/2016/may/23/facebook-bans-photo-plus-sized-model-tess-holliday-ad-guidelines> acesso 13 de maio de 2018

<https://www.eff.org/mention/facebook-censorship-under-microscope> acesso em 13 de maio de 2018

<http://money.cnn.com/2016/02/04/technology/online-censorship-facebook-twitter/> acesso em 13 de maio de 2018

<https://globalvoices.org/2016/01/20/on-criticising-charlie-hebdo-on-facebook-and-the-perils-of-selective-freedom-of-speech/> 13 de maio de 2018

<https://theferret.scot/facebook-cracks-down-kurdish-content-roza-salih/> 13 de maio de 2018.

<https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2017/12/seven-times-2017-journalists-were-censored> acesso em 13 de maio de 2018

<https://www.theguardian.com/world/2017/may/19/facebook-blocks-malta-journalist-joseph-muscat-panama-papers> acesso em 13 de maio de 2018

<https://theintercept.com/2017/11/02/war-crimes-youtube-facebook-syria-rohingya/> acesso em 14 de maio de 2018

https://www.facebook.com/oksana.romaniuk.33/posts/1625365497525035?comment_id=1625378207523764¬if_id=1512598374819433¬if_t=comment_mention acesso em 13 de maio de 2018

https://twitter.com/there_she_goz acesso em 13 de maio de 2018

<https://www.propublica.org/article/facebook-hate-speech-censorship-internal-documents-algorithms> acesso em 13 de maio de 2018

<https://www.stuff.co.nz/life-style/life/84508552/facebook-bans-traditional-maori-tattoo-artist-after-claimed-standard-breach> acesso em 19 de abril de 2018.

<https://www.thelocal.it/20161101/facebook-censors-nude-caravaggio-painting> acesso em 19 de abril de 2018

<https://www.theguardian.com/news/series/facebook-files> acesso em 12 de junho de 2017

<https://www.theguardian.com/news/2017/may/25/facebook-moderator-underpaid-overburdened-extreme-content> 12 de junho de 2017

<https://www.facebook.com/legal/terms> , a versão utilizada nessa pesquisa foi a de 2015